

# RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

## CONSELHO FISCAL



**1º SEMESTRE DE 2021**

**Sumário**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS</b>	<b>4</b>
2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA	4
2.2 AGENTES ESTATUTÁRIOS DE GOVERNANÇA	4
2.3 ORGANOGRAMA	5
2.4 INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA	6
2.5 CONFORMIDADE LEGAL (COMPLIANCE).	7
2.6 CERTIFICAÇÃO, HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE DIRIGENTES	7
2.7 AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	8
2.7.1 MONITORAMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DOS PLANOS DE AÇÃO DO 8º CICLO DE AUTOAVALIAÇÃO DE RISCOS.	9
2.7.2 ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 033/2019/ERRS/PREVIC, AUDITORIA DA PATROCINADORA E TCE/RS	10
2.7.3 ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS	15
<b>3 GESTÃO DOS ATIVOS DO PLANO DE BENEFÍCIO BD 001 E PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>16</b>
3.1 RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIO BD001 E PGA	17
3.1.1 ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS GARANTIDORES	18
3.1.2 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO SEMESTRE E ACUMULADO NO ANO.	23
3.1.3 IMÓVEIS	27
3.1.4 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	29
<b>4. GESTÃO DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS BD 001</b>	<b>30</b>
4.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES NO PLANO DE BENEFÍCIOS	30
4.2 ACOMPANHAMENTO DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS 2021	32
4.3 ESTUDO DE ADERÊNCIAS DE PREMISSAS E TAXA DE JUROS	34
4.4 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL	34
4.5 EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	34
4.6 VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DO PLANO EM RELAÇÃO À REGRA DE SOLVÊNCIA	35
4.7 DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL	36
<b>5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>36</b>
5.1 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – BD001	36
5.1.1 RECEITAS	38
5.1.2 DESPESAS	38
5.2 FONTES DE CUSTEIO DO PGA	39
5.3 CONTROLE DAS FONTES DE CUSTEIO UTILIZADAS ATRAVÉS DA CONTABILIDADE	39
5.4 INDICADORES DE DESEMPENHO FUNCORSAN	40
5.5 FUNDO ADMINISTRATIVO – PGA	41
<b>6. CONTROLES TRIBUTÁRIOS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS</b>	<b>43</b>
6.1 CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS	43
<b>7. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL</b>	<b>46</b>
<b>8 AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>51</b>
8.1 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA – 1º E 2º TRIMESTRES/2021	51

## 1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento as suas atribuições estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta o Relatório de Controles Internos da FUNCORSAN referente ao período do 1º semestre de 2021, elaborado em atendimento à Resolução CGPC nº 13/2004, no que dispõe o Artigo 19, abaixo transcrito:

*“Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo: I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária; II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso; III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las. Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo: I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas; II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos.”*

Através do presente relatório, este Conselho apresenta suas considerações acerca das análises efetuadas em relação às documentações e informações encaminhadas pela Entidade na posição de corte do 1º semestre de 2021 (01/01/21 a 30/06/21), e também por meio dos pareceres e relatórios oriundos das empresas de Assessoria e Consultoria, quais sejam: Taticca Auditores Independentes, Salami Consultoria de Investimentos e Mirador Assessoria Atuarial. Neste 1º semestre de 2021, o Colegiado reuniu-se 06 vezes em caráter ordinário e 06 vezes em extraordinário.

### **Reuniões do Conselho Fiscal - 1º sem/2021**

- **Ata 488/2021** de 21.01.2021 - Reunião Ordinária.
- **Ata 489/2021** de 18.02.2021 - Reunião Ordinária.
- **Ata 490/2021** de 08.03.2021 - Reunião Ordinária.
- **Ata 491/2021** de 25.03.2021 - Reunião Extraordinária.
- **Ata 492/2021** de 15.04.2021 - Reunião Ordinária.
- **Ata 493/2021** de 27.04.2021 - Reunião Extraordinária.
- **Ata 494/2021** de 13.05.2021 - Reunião Extraordinária.
- **Ata 495/2021** de 20.05.2021 - Reunião Ordinária.
- **Ata 496/2021** de 02.06.2021 - Reunião Extraordinária.
- **Ata 497/2021** de 16.06.2021 - Reunião Extraordinária.
- **Ata 498/2021** de 18.06.2021 - Reunião Ordinária.

- **Ata 499/2021** de 25.06.2021 - Reunião Extraordinária.

Em 15 de março de 2021, tomaram posse os novos membros eleitos do Conselho Deliberativo e Fiscal da Fundação Corsan. O Diretor de Segurança Gilmar Antonio Arnt, foi reeleito.

## **2. GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS**

### **2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Funcorsan exerce a Governança Corporativa por meio de práticas, princípios e regras disseminadas junto as suas instâncias gestoras, as quais, aliadas ao planejamento estratégico (como ferramenta complementar ao processo de gestão), constituem o conjunto de ações voltadas ao atingimento dos seus objetivos enquanto EFPC.

### **2.2 AGENTES ESTATUTÁRIOS DE GOVERNANÇA**

Os Órgãos Estatutários da Funcorsan, compostos pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, são os principais agentes de governança da entidade. Assim sendo, atuam de acordo com a legislação específica e com a normatização estabelecida nos regimentos internos e no Estatuto Funcorsan, os quais regulam as suas atribuições, competências, remuneração e composição.

Conforme registros da ata 654/2021/CD, a partir do dia 01/06/2021, o Sr. Ronaldo Souza da Silva assumiu a função de Presidente do Conselho Deliberativo da Funcorsan, pelo período de 2 (dois) anos, em substituição ao Conselheiro Marcelo Santos da Rocha.

#### **CONSELHO DELIBERATIVO - Composição em junho de 2021.**

Membro	Eleitos/Indicados	Colegiado	Cargo	Início Mandato	Término Mandato
Ronaldo Souza da Silva	Indicado	Deliberativo	Presidente	03/06/2019	31/05/2023
Marcelo Santos da Rocha	Indicado	Deliberativo	Conselheiro Titular	03/06/2019	31/05/2023
Milton Inacio Cordeiro	Indicado	Deliberativo	Conselheiro Titular	03/06/2019	31/05/2023
Lisakete Bubenick	Indicado	Deliberativo	Conselheiro 1º Suplente	08/12/2020	31/02/2023
Ivan Edienio de Andrade	Indicado	Deliberativo	Conselheiro 2º Suplente	03/06/2019	31/05/2023
Thiago de Hermann Prestes	Indicado	Deliberativo	Conselheiro 3º Suplente	03/06/2019	31/05/2023

Membro	Eleitos/Indicados	Colegiado	Cargo	Início Mandato	Término Mandato
Sady Xavier da Cruz	Eleito	Deliberativo	Conselheiro Titular	15/03/2021	09/03/2025
Arlson Wunsch	Eleito	Deliberativo	Conselheiro Titular	15/03/2021	09/03/2025
Eduardo Barbosa Carvalho	Eleito	Deliberativo	Conselheiro Titular	15/03/2021	09/03/2025
Luiz Henrique Feijó Machado	Eleito	Deliberativo	Conselheira 1º Suplente	15/03/2021	09/03/2025
Tiago Moraes Dellanese	Eleito	Deliberativo	Conselheiro 2º Suplente	15/03/2021	09/03/2025
Alberto Domingos Pagliarini	Eleito	Deliberativo	Conselheiro 3º Suplente	15/03/2021	09/03/2025

### **CONSELHO FISCAL - Composição em junho de 2021.**

Membro	Eleitos/Indicados	Colegiado	Cargo	Início Mandato	Término Mandato
Delso Francisco Zwirtes	Eleito	Fiscal	Presidente	15/03/2021	09/03/2025
Cleverson Vinicius Giordani	Eleito	Fiscal	Conselheiro Titular	15/03/2021	09/03/2025
Neori Orestes Pavan	Eleito	Fiscal	Conselheiro 1º Suplente	15/03/2021	09/03/2025
Sandro Reolon Zanella	Eleito	Fiscal	Conselheiro 2º Suplente	15/03/2021	09/03/2025

Membro	Eleitos/Indicados	Colegiado	Cargo	Início Mandato	Término Mandato
Tiago Simon de Souza	Indicado	Fiscal	Conselheiro Titular	03/06/2019	31/05/2023
Marcelo da Rosa	Indicado	Fiscal	Conselheiro Titular	03/06/2019	31/05/2023
Fabio Buzatto Alberti	Indicado	Fiscal	Conselheiro 1º Suplente	03/06/2019	31/05/2023
Sulivan Pedro Dejoss Bordinhão	Indicado	Fiscal	Conselheiro 2º Suplente	15/04/2021	31/05/2023

### **DIRETORIA EXECUTIVA - Composição em junho de 2021.**

Membro	Eleitos/Indicados	Colegiado	Cargo	Início Mandato	Término Mandato
Homero José Batista	Indicado	Diretoria Executiva	Diretor Superintendente	03/06/2019	31/05/2023
Adimilson Luiz Stodulski	Indicado	Diretoria Executiva	Diretor Financeiro e Administrativo	03/06/2019	31/05/2023
Gilmar Antônio Arnt	Eleito	Diretoria Executiva	Diretor de Seguridade	13.03.2017	12.03.2021

## **2.3 ORGANOGRAMA**



## 2.4 INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Consideram-se instâncias de apoio à governança da Funcorsan, o Comitê de Investimento, o Comitê de Previdência, as Assessorias (jurídica, atuarial e de investimento), as Auditorias Externas e o Grupo de Gestão da Entidade.

O Comitê de Investimentos e a Consultoria de Investimentos atuam como assessorias de caráter consultivo, proporcionando maior segurança, embasamento técnico e robustez à entidade nos processos de tomada de decisões relacionados aos investimentos. Observa-se a *expertise* da Salami Consultoria de Investimentos que subsidia informações e estudos para análise do Comitê e da Diretoria, visando otimizar a alocação dos ativos e de resultados para o plano. As manifestações destas instâncias são regularmente analisadas pelo Conselho Fiscal através de suas atas, bem como da avaliação dos relatórios gerenciais da Entidade e da participação da Consultoria supracitada nas reuniões ordinárias do Colegiado.

Em 28 de abril de 2021 o Conselho Deliberativo, conforme ata 652/2021, aprovou o Regimento Interno para a criação do Comitê de Previdência da Fundação Corsan, tendo por objetivo assessorar, em caráter consultivo, a Diretoria Executiva nas decisões relacionadas à gestão dos planos previdenciários administrados pela Funcorsan, e de suas disposições regulamentares, em consonância com as melhores práticas de mercado, e com a legislação específica de Previdência Complementar visando preservar a solvência e perenidade dos planos geridos. O Comitê é composto por 9 (nove) membros, com direito a voto, sendo eles: O Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB; O Diretor de Seguridade da Funcorsan; O Gerente de Seguridade da Funcorsan; O Gerente Atuarial da Funcorsan; 01 (um) representante do Conselho Deliberativo; 01 (um) representante do Conselho Fiscal; 01 (um) membro indicado, Representante dos Participantes Ativos; 01 (um) membro indicado, Representante dos Participantes Assistidos; 01 (um) membro indicado, Representante da Patrocinadora Corsan. Destacando que não haverá remuneração aos membros do Comitê de Previdência.

Os representantes indicados dos Conselhos Fiscal e Deliberativo foram Tiago Simon de Souza e Marcelo Santos da Rocha, respectivamente. Os indicados das Entidades representativas foram: Arthur Martin, Representante da Patrocinadora Corsan, Alexandre Susin, Representante dos Assistidos e Marra Rúbia Parmeggiani, Representante dos Participantes Ativos. O Comitê tomou posse em 26.07.2021.

## 2.5 CONFORMIDADE LEGAL (COMPLIANCE).

A Funcorsan realiza o monitoramento acerca da conformidade à legislação, emitindo relatórios que são encaminhados regularmente aos órgãos estatutários para conhecimento. Também é realizado o acompanhamento das obrigações legais, controle de riscos e dos planos de ação, bem como o controle de atendimento aos relatórios de fiscalização e de auditoria de órgãos externos (TCE, PREVIC, AUDIT, etc.) e da Patrocinadora.

## 2.6 CERTIFICAÇÃO, HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE DIRIGENTES

Em atendimento às legislações vigentes e ao disposto no Art. 8º da Resolução CNPC nº 39/2021, este Conselho Fiscal realiza o monitoramento periódico dos processos de certificação, habilitação e qualificação dos membros dos órgãos estatutários da Funcorsan.

E com base nas informações prestadas pelo Diretor Superintendente e pela Secretaria da Funcorsan, apresenta-se o quadro com o controle de certificação dos membros da entidade, conforme abaixo detalhado, na data de 30 de junho de 2021:

### Conselho Deliberativo

Membros Conselho Deliberativo	Colegiado	Eleito/Indicado	Validade da certificação
Marcelo Santos da Rocha	Conselheiro Titular	Indicado	09/03/2022
Ronaldo Souza da Silva	Conselheiro Titular	Indicado	16/10/2022
Milton Inacio Cordeiro	Conselheiro Titular	Indicado	08/10/2022
Thiago de Hermann Prestes	Conselheiro Suplente	Indicado	22/05/2022
Ivan Ediênio de Andrade	Conselheiro Suplente	Indicado	13/12/2021
Lisakete Bubenick	Conselheiro Suplente	Indicado	30/11/2023

Membros Conselho Deliberativo	Colegiado	Eleito/Indicado	Validade da certificação
Sady Xavier da Cruz	Conselheiro Titular	Eleito	07/04/2022
Arlson Wunsch	Conselheiro Titular	Eleito	17/01/2024
Eduardo Barbosa Carvalho	Conselheiro Titular	Eleito	07/02/2024
Alberto Domingos Pagliarini	Conselheiro Suplente	Eleito	19/07/2023
Luiz Henrique Feijó Machado	Conselheiro Suplente	Eleito	---
Tiago Moraes Dellanese	Conselheiro Suplente	Eleito	---

### Conselho Fiscal

Membros	Cargo	Eleito/Indicado	Validade da Certificação
Tiago Simon de Souza	Conselheiro Titular	Indicado	06/05/2022
Marcelo da Rosa	Conselheiro Titular	Indicado	07/02/2022
Fabio Buzatto Alberti	Conselheiro Suplente	Indicado	07/05/2023
Sullivan Pedro Dejoss Bordinhão	Conselheiro Suplente	Indicado	17/01/2024
Delso Francisco Zwirtes	Conselheiro Titular	Eleito	16/10/2022
Cleverson Vinicius Giordani	Conselheiro Titular	Eleito	---
Sandro Roleon Zanella	Conselheiro Suplente	Eleito	----
Neori Orestes Pavan	Conselheiro Suplente	Eleito	----

### Diretoria Executiva

Membros	Cargo	Eleito/Indicado	Validade da certificação
Homero José Batista	DSU	Indicado	13/03/2023
Adimilson Luiz Stodulski	DFA/AETQ	Indicado	12/02/2023
Gilmar Antônio Arnt	DSE/ARPB	Eleito	11/08/2023

### Comitê de Investimentos

Membros Comitê de Investimentos	Cargo	Validade da certificação
Adimilson Luiz Stodulski	Coordenador	12/02/2023
Adriana Yamasaki	Representante da Patrocinadora	13/07/2021
Sávio Fernando Scherer	Representante dos Participantes Ativos	03/09/2022
Humberto Cabrera Pinheiro	Representante dos Participantes Assistidos	31/08/2021
Rafael Rocha Luzardo	Gerente de Investimentos	03/05/2022

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Após análise das informações acima referidas, atestamos que os processos de certificação e habilitação dos membros da Funcorsan estão em conformidade à legislação. Conforme legislação vigente, os membros eleitos em março de 2021, tem um ano a contar da data de posse, para obter a certificação.

## 2.7 AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em relação à Gestão de Riscos e Controles Internos, atinente ao primeiro semestre de 2021, este Conselho Fiscal recebeu e acompanhou periodicamente as manifestações emitidas pela GPRC, referentes ao

monitoramento do cumprimento das Obrigações Legais, dos planos de ação do 8º Ciclos de Autoavaliação de Riscos e Certificação de Riscos, gerenciados através da ferramenta Unio.

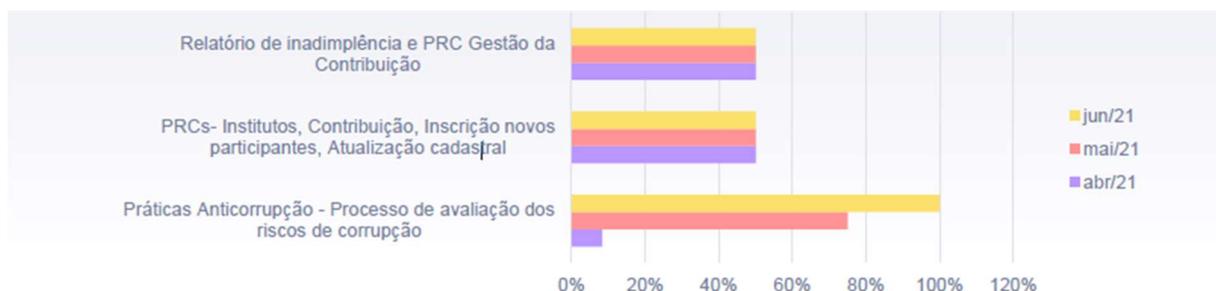
### 2.7.1 MONITORAMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DOS PLANOS DE AÇÃO DO 8º CICLO DE AUTOAVALIAÇÃO DE RISCOS.

No primeiro semestre de 2021, foram apresentados e analisados o resultado do monitoramento do cumprimento das obrigações legais aplicáveis, análise das Legislações Aplicáveis do período e autoavaliação de riscos, gerenciados através da ferramenta Unio – Planos de Ação, dos meses de janeiro a junho/2021, conforme registros das atas 490, 492, 495, 498 e 500 /2021 do Conselho Fiscal.

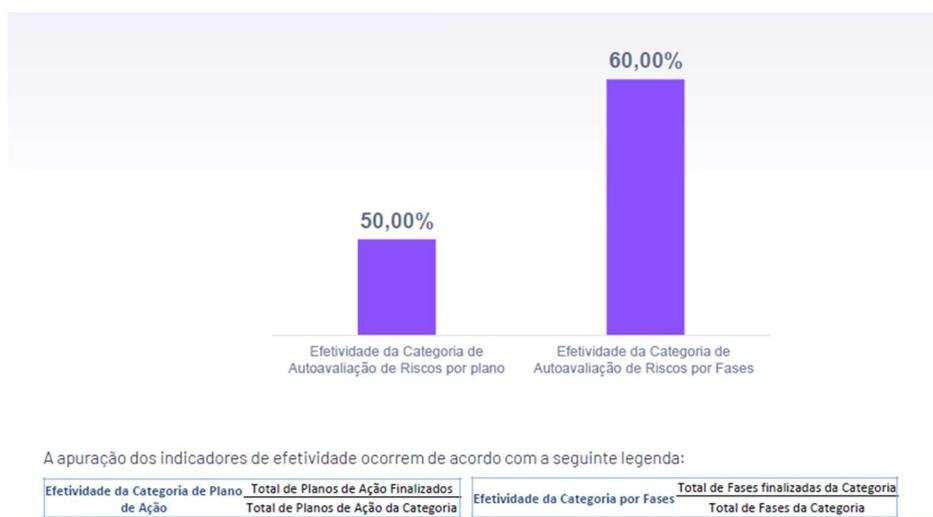
Na Categoria de Autoavaliação de Risco foram apresentadas a efetividade das atividades dos Planos de Ação, que conforme registrado no Relatório posição de junho de 2021, a partir da análise das obrigações legais do período, não havia pendências no cumprimento das OL pela Entidade. As pendências apresentadas no sistema Unio, são processos internos de melhoria e acompanhamento de ações que não existem um prazo legal.

Destaca-se que, junto aos relatórios a GPRC encaminha o acompanhamento das fases pendentes de execução e manifestação da área responsável.

O **8º Ciclo de Autoavaliação de riscos**, apresenta um total de 22 planos, dos quais 18 foram executados em sua integralidade até o fim de junho/2021 e 02 cancelados, abaixo apresentamos os planos que possuem fases em execução:



A **Certificação de Riscos** é composta por 06 planos, dos quais 03 foram executados em sua integralidade até junho/21. Apresentamos abaixo a efetividade da Categoria de Autoavaliação de Riscos – Certificação, tanto em relação aos planos finalizados quanto as fases finalizadas:



**Manifestação do Conselho Fiscal:** Evidencia-se que a entidade possui controle, acompanhamento e monitoramento da Gestão de Riscos conforme previsto na legislação vigente, e que a área, junto a Diretoria, vem buscando melhorias no processo para torná-lo mais eficiente. O Conselho Fiscal permanecerá no acompanhamento do monitoramento de Riscos e Controles.

### 2.7.2 ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 033/2019/ERRS/PREVIC, AUDITORIA DA PATROCINADORA E TCE/RS

Em atendimento às determinações e recomendações expostas no Relatório de Fiscalização nº 33/2019/ERRS/PREVIC, a Funcorsan recebeu o ofício 29/2021/ERRS/DIFIS/PREVIC, no qual a Previc informa que as manifestações da Funcorsan sobre o ofício 13/2021/ERRS/DIFIS/PREVIC, foram consideradas suficientes. Assim, registra que não restam apontamentos pendentes no tocante ao Relatório de 033/2019. (Ata 500/2021/CF)

Em que pese o relatório de Fiscalização nº 33/2019/ERRS/PREVIC, ter sido encerrado pela Previc, este Conselho permanece no acompanhamento do **Processo de Reestruturação do Plano de Benefícios**

**Administrado pela Funcorsan.** Registra-se que até a conclusão deste Relatório, a Funcorsan não recebeu novas orientações por parte da Patrocinadora Corsan, para andamento do processo.

**Manifestação do Diretor Superintendente:** O projeto com o Processo de Reestruturação do Plano de Benefícios Administrado pela Funcorsan encontra-se com a Patrocinadora Corsan, aguardando que ela tome as decisões de qual o caminho que a Fundação deve trilhar. A última informação que recebemos da Corsan é de que foi contratada a Consultoria Mirador Atuarial para que desenvolvesse os estudos referenciais para que a Gestão da Corsan tenha as bases técnicas para a tomada de decisão. Continuamos aguardando o posicionamento da Corsan para dar seguimento ao projeto.

**Manifestação do Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal registra novamente sua preocupação na demora da definição por parte da Patrocinadora, quanto a reestruturação do Plano e as suas consequências para o atual Plano de Benefícios BD001 e para a gestão da Entidade.

**Ofício 17/2021/ERRS/DIFIS/Previc - Pagamentos indevidos de benefícios no âmbito do Plano de Benefícios - BD Número 001**

Dando continuidade ao registro do RCI – 2º sem. 2020, referente ao Ofício 17/2021/ERRS/DIFIS/Previc - Pagamentos indevidos de benefícios no âmbito do Plano de Benefícios - BD Número 001, em pontual a solicitação da autarquia quanto: “*g - apresentar eventual manifestação do Conselho Fiscal acerca da situação relatada no presente ofício.*”, registramos o Conselho Fiscal emitiu sua manifestação através da correspondência 002/2021/CF/Funcorsan, encaminhada à Previc pela Diretoria Executiva, através da Correspondência 077/2021/Direx/Funcorsan.

**Correspondência 002/2021/CF/Funcorsan** - *Relativamente a esse ponto específico, tem-se a informar que o entendimento deste Conselho Fiscal é no sentido de que as razões já apresentadas pela FUNCORSAN nos autos do Relatório de Fiscalização nº 33/2019/ERRS/PREVIC, através da correspondência 046/2020/Direx/Funcorsan estão conformes, e teriam inclusive sido aceitas pela PREVIC, dado o tempo transcorrido desde que apresentadas as razões e justificativas (cerca de um ano!). Ademais, sabe-se que os mecanismos de controles internos da FUNCORSAN têm realizado as medidas inerentes à*

*verificação periódica dos benefícios concedidos, no sentido de constatar se os participantes assistidos e eventuais pensionistas persistem com as condições de percepção dos valores que lhe são devidos, segundo as regras do Plano de Benefícios - BD Número 001. Na mesma linha, este Conselho Fiscal é conhecedor que o processo de recadastramento e prova de vida dos beneficiários é realizado pela Gerência de Seguridade, com processo de identificação de pagamentos indevidos realizado internamente, seguido de cobrança administrativa/extrajudicial realizada pela área de seguridade em parceria com a área de atendimento. Não obtido êxito na cobrança administrativa/extrajudicial, o processo é encaminhado à Gerência Jurídica da FUNCORSAN para judicialização, sempre observados os prazos prescricionais ditados pela Lei Civil. Desse modo, ressalvando entendimento em sentido contrário, não há prejuízo comprovado à FUNCORSAN em decorrência desses casos excepcionais, posto que as situações de inconformidade verificadas ou são resolvidas na esfera administrativa/extrajudicial, ou são remetidas ao Poder Judiciário para que restem solucionadas. Em qualquer caso os valores devidos à FUNCORSAN são devolvidos com juros e correção monetária que recompõe o valor real da moeda. Como forma aprimoramento do controle desse processo, este Colegiado solicita à Diretoria Executiva que seja encaminhado trimestralmente (março, junho, setembro, dezembro), relatório de acompanhamento dos óbitos ocorrido no período, a data de cancelamento do benefício, valor dos eventuais benefícios pagos indevidamente, as ações de cobrança realizadas após a identificação, bem como se as referidas ações lograram êxito. Ainda, solicita ao responsável pela Auditoria Independente que inclua no escopo dos trabalhos realizados pela Empresa de Auditoria, no mínimo uma vez ao ano, uma auditoria no processo em tela.*

Ainda, sobre o mesmo assunto, a Funcorsan recebeu os Ofícios 020/2021/ERRS/DIFIS/PREVIC - Pagamentos indevidos de benefícios no âmbito do Plano de Benefícios BD 001 e 21/2021/ERRS/DIFIS/Previc - Pagamentos indevidos de benefícios no âmbito do Plano de Benefícios BD 001, através do qual a autarquia recomenda, que sejam implementadas melhorias com o objetivo de corrigir as fragilidades registradas, informa que não existe necessidade de resposta da EFPC ao referido ofício, e finaliza informando que o presente processo está encerrado.

Em atendimento às recomendações da Previc e à solicitação deste Colegiado, conforme registros das atas 500 e 502/2021, o Conselho Fiscal recebeu, através dos memorandos 136 e 184/2021/GS/Funcorsan, os relatórios de acompanhamentos dos óbitos ocorrido no período, bem como recebeu, conforme registros da ata 500/2021/CF, o Memorando 013/2021/GPRC/Funcorsan – Adequação processo de Gestão de Benefícios – Pagamentos Indevidos, através do qual a Gerência de Planejamento, Riscos e Controles encaminhou o PRC 02.02.01 – Gestão de Benefícios, atualizado e aprovado pela área responsável, no qual foi incluído, através do item 3.10 – Valores Pagos Indevidamente por Óbito, o procedimento completo de como são realizadas as tratativas para recuperação dos valores de benefício pagos indevidamente pela Funcorsan após o óbito do Participante/Pensionista, contemplando novos controles e melhorias na atividade. Este Conselho analisou o item 3.10 – Valores Pagos Indevidamente por Óbito do PRC, entendendo que o processo está bem alinhado e os procedimentos de melhoria adequados.

**Manifestação do Conselho Fiscal: Com relação a este processo entendemos que as melhorias implementadas pela Diretoria no PRC 02.02.01 – Gestão de Benefícios – Item 3.10 Valores Pagos e os novos controles implementados pelo CF de acompanhamento trimestral (relatório de acompanhamento dos óbitos ocorrido no período, a data de cancelamento do benefício, valor dos eventuais benefício pagos indevidamente, as ações de cobrança realizadas após a identificação bem como se as referidas ações lograram êxito e a inclusão no escopo dos trabalhos realizados pela Empresa de Auditoria, no mínimo uma vez ao ano) são adequadas e suficientes para mitigar os riscos de novas ocorrências.**

Em atenção as recomendações da **Auditoria da Patrocinadora** - Relatório de Auditoria Ordinária 013/2019 – Síntese dos trabalhos de Auditoria Externa realizados na Funcorsan em 2018, registrados no Relatório de Controles Internos – 2º semestre de 2019 e 1º semestre de 2020.

- **Déficit Atuarial (...)** Conforme manifestação emitida através do Ofício 226/2018/DIREX/FUNCORSAN, a Diretoria Executiva informa que já iniciou estudo técnico com o objetivo de avaliar a estrutura do Plano de Benefícios, análise das características do déficit, identificar possíveis situações que possam criar distorções na estrutura e outros fatores relevantes, projeção de cenários a curto, médio e longo prazo e identificar medidas corretivas e/ou mitigatórias a partir dos estudos atuariais, cujo cronograma foi citado no Subitem 3.1.7 – Avaliação Atuarial, deste relatório. A situação de aumento do déficit atuarial merece permanente atenção da FUNCORSAN, de forma a identificar e mitigar as causas dos resultados deficitários.

Recomendamos que após as conclusões do estudo acima referido, um plano de ação deva ser implementado, visando o equacionamento do déficit do Plano de Benefícios.

Durante a elaboração deste relatório, a Fundação recebeu o ofício nº 1267/2021-GP, conforme registros da ata 501/2021/CF. Através do referido ofício a Patrocinadora Corsan informa a decisão exarada em seus órgãos de governança, pela adoção das seguintes medidas: Em observância ao disposto no art. 35 da Resolução CNPC nº 30/2018, instituir sistemática de contribuição adicional (extraordinária) para os participantes, assistidos e patrocinadora. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, o valor deficitário apresentado a ser objeto de equacionamento deverá respeitar a Parcela Mínima do Déficit a ser equacionado, no montante estimado de R\$29.824.755,69, com a devida proporção contributiva de responsabilidade da Patrocinadora, apurada em 47,81%, pelo prazo máximo de amortização permitido pela legislação aplicável vigente. Registra-se que a matéria foi submetida à análise nas instâncias administrativas da Corsan, que culminou com a apreciação e deliberação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração da Companhia, objetivando conferir o adequado tratamento e a eficaz tomada de decisão que o tema requer.

Conforme determinado pelo ofício nº 1267/2021-GP, a Mirador Atuarial elaborou o Relatório Mirador 1529/2021- Plano de Equacionamento de Déficit para o Plano de Benefícios BD nº 001, abordando a descrição e aspectos técnicos relativos ao processo de equacionamento do déficit técnico do Plano BD nº001, apurado ao final do exercício de 2020. No dia 24 de setembro, foi realizada uma apresentação do referido estudo à Diretoria Executiva, membros do Comitê de Previdência e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal. O Comitê de Previdência e a Diretoria Executiva, conforme registros de suas atas 004/2021 e 922/2021, analisaram os estudos e recomendaram a sua aprovação. O Conselho Deliberativo analisou a matéria, conforme registros da ata 662/2021 e registrou: ***Decisão do Conselho Deliberativo: Após apresentação e a análise do Relatório Mirador 1529/2021, da manifestação da Gerência Atuarial, da manifestação do Comitê de Previdência, da recomendação do Diretor de Seguridade/ARPB, da aprovação da Diretoria Executiva, este conselho, por unanimidade, aprova a proposta de equacionamento do déficit, encaminhada através do Relatório Mirador 1529/2021 – Plano de Equacionamento de Déficit para o Plano de Benefícios BD nº 001, pelo prazo de equacionamento em 22 anos (264 meses), com início do pagamento em abril/2022 (junto ao início do Plano de Custeio), mantendo os planos de equacionamento vigentes, e que o valor a ser equacionado pela Patrocinadora Funcorsan seja pago em parcela única, em razão da***

*dificuldade da apresentação de garantias conforme Resolução CNPC 42/2021. Por oportuno, este Conselho recomenda que a Diretoria Executiva retome as tratativas junto à Patrocinadora Corsan, no sentido de:*

***a) Informar sobre os possíveis desdobramentos relacionados ao déficit técnico não equacionado, levando em conta a opção pelo equacionamento de sua parcela mínima, e sem que tenha ocorrido, até o momento, a devida implementação das demais medidas previstas para reestruturação do Plano BD; b) Dar continuidade ao processo de reestruturação do Plano BD, com maior celeridade na execução dos procedimentos exarados no Ofício n.º 0746/2020-GP (Itens “a” e “b”), conforme propostos pela Patrocinadora Corsan, e com a definição do respectivo cronograma de implantação das ações previstas para este objetivo; c) Estabelecer novo planejamento para tratamento da parcela não equacionada do déficit técnico, de modo que este se dê pela sua totalidade ou, no mínimo, pelo valor do Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA), considerando a relevância do valor envolvido e o expressivo incremento que confere ao montante do déficit técnico acumulado, a partir da sua atualização pela meta atuarial.***

Dando sequência a aprovação do estudo, a Diretoria Executiva, através da correspondência 410/2021/Direx/Funcorsan, encaminhou a Patrocinadora Corsan o Relatório Mirador 1529/2021, e informou as ações necessárias para implementação do Plano de Equacionamento que, conforme legislação, necessita da manifestação prévia favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle do patrocinador, cuja manifestação deverá ocorrer até o final deste ano de 2021. Ainda repassou a Patrocinadora as orientações do Conselho Deliberativo, conforme ata 662/2021. Esta matéria terá continuidade no próximo Relatório de Controles Internos – 2º semestre 2021.

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Esse Conselho manifesta preocupação com o percentual de equacionamento de déficit proposto pela Patrocinadora, o valor mínimo com o maior prazo possível. Ressalta-se que, com esse percentual equacionado, é provável que já no próximo ano teremos que elaborar novo plano de equacionamento, tendo em vista os resultados do plano no presente ano.

### **2.7.3 ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS**

Referente ao Relatório de Controles Internos do 2º semestre/2020 do Conselho Fiscal, foi conhecido o posicionamento emitido pelo Grupo de Gestão, através do memorando 015/2021/GPRC/Funcorsan – Relatório Controles Internos do CF – 2º Sem. de 2020. O Conselho Deliberativo, conforme ata 660/2021, registrou: ***Decisão do Conselho Deliberativo: a) Em atenção a recomendação do CF, item 3.1.3 Imóveis***

“... Recomendamos que a DIREX, em consonância com o Conselho Deliberativo, elabore um plano de desinvestimento para esse segmento a fim de cumprir os prazos da legislação, sem que haja uma depreciação do patrimônio da Funcorsan.” e o posicionamento da gerência de investimentos de que o Conselho Deliberativo “estabeleça um range de valores que serão utilizados nas ofertas para os futuros compradores”, este Conselho acolhe a recomendação do Conselho Fiscal e informa que o Conselho Deliberativo já vem envidando esforços com a Direx, no sentido de buscar alternativas para viabilizar a alienação de imóveis da carteira. Referente ao posicionamento do GG/GI, solicita-se à DIREX que apresente um estudo com os critérios técnicos pertinentes a este propósito, a fim de que este Colegiado possa então definir o referido range de valores, conforme sugerido. **b)** Referente ao acompanhamento do estudo de aderência das premissas, se entende como adequadas as considerações apresentadas pelo Conselho Fiscal, as quais estão em consonância às determinações solicitadas pela PREVIC (RF Nº 33/2020/EERS/PREVIC), e que continuarão sendo realizadas com frequência anual. **c)** Em relação à recomendação manifestada pelo Conselho Fiscal, de especial atenção para os débitos tributários perante a Fazenda Pública Municipal, e tendo em vista não constar posicionamento no Memorando 015/2021/GPRC/Funcorsan sobre este ponto, este Conselho reencaminha a questão à DIREX, a fim de que reaprecie e se manifeste novamente, com posterior retorno a este Conselho e ao Conselho Fiscal. **Os desdobramentos das recomendações serão apresentados no próximo relatório de controles internos.**

### **3 GESTÃO DOS ATIVOS DO PLANO DE BENEFÍCIO BD 001 E PLANO DE GESTÃO**

#### **ADMINISTRATIVA**

##### **Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01.10.2004**

##### **Da manifestação do conselho fiscal**

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo: **I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;** II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso; III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

#### **Gestão dos Recursos Garantidores**

- **AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado da Funcorsan**
  - Adimilson Luiz Stodulski – Diretor Financeiro e Administrativo

- **Qualificação do Custodiante e Controladoria**
  - Itaú Unibanco S/A., instituição financeira devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº 1524 DE 23/10/1990, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itausa, inscrita no CNPJ/MF nº 60.701.190/0001-04.
- **Consultoria de Investimentos - SALAMI Consultoria de Investimentos**
  - Prestação de serviços de consultoria financeira e de investimentos e assessoramento técnico para os órgãos estatutários, com vista a dar suporte a tomada de decisões nas matérias relacionadas à gestão de investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios.
- **Comitê de Investimentos** – Os membros do Comitê de Investimento se reuniram 13 vezes no 1º semestre 2021. São membros do Comitê:
  - Adimilson Luiz Stodulski – Coordenador
  - Rafael Rocha Luzardo – Gerente de Investimentos Funcorsan
  - Adriana Yamasaki – Representante de Patrocinadora
  - Sávio Fernando Scherer – Representante dos Participantes Ativos
  - Humberto Cabrera Pinheiro – Representante dos Participantes Assistidos

### 3.1 RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIO BD001 E PGA

De acordo com o disposto no art. 2º da Res. CMN nº 4661/18, os recursos dos planos administrados pela EFPC, denominados de recursos garantidores, são formados pelos “ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores”.

#### **BD001**

Contas	Jan/21	Fev21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21
Disponível (1.01.00)	63.978,22	40.637,85	702.134,47	65.348,85	512.833,80	344.622,72
Investimentos (1.02.03)	2.001.391.596,34	1.981.975.540,90	1.988.183.133,75	2.001.579.327,20	2.021.953.475,09	2.034.574.650,32
Exigível Operacional dos Investimentos (2.01.03)	-850.852,82	-720.509,31	-843.270,63	-821.160,18	-731.566,60	-779.822,03
Exigível Contingencial dos Investimentos (2.02.03)	-55.272.612,97	-55.188.484,06	-56.409.629,39	-56.040.030,99	-56.040.030,99	-63.575.603,66
Contas a Receber a Pagar da Carteira	-35.336,67	-32.642,73	20.961.885,84	-34.154,96	-31.341,89	6.196,77
<b>Recursos Garantidores</b>	<b>1.945.296.772,10</b>	<b>1.926.074.542,65</b>	<b>1.952.594.254,04</b>	<b>1.944.749.329,92</b>	<b>1.965.663.369,41</b>	<b>1.970.570.044,12</b>

## PGA

Contas	Jan/21	Fev21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21
Disponível (1.01.00)	28.669,52	21.393,80	112.400,98	34.455,14	39.238,37	40.789,74
Investimentos (1.02.03)	6.286.528,54	6.673.811,25	6.788.795,08	7.092.595,20	7.611.913,62	8.156.840,60
Exigível Operacional dos Investimentos (2.01.03)	-1.381,67	-58,42	-1.427,72	-1.428,45	-1.429,65	-1.432,75
Exigível Contingencial dos Investimentos (2.02.03)	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber a Pagar da Carteira	1.023,50	1.045,27	1.060,47	1.775,05	987,65	1.000,57
<b>Recursos Garantidores</b>	<b>R\$ 6.314.839,89</b>	<b>R\$ 6.696.191,90</b>	<b>R\$ 6.900.828,81</b>	<b>R\$ 7.127.396,94</b>	<b>R\$ 7.650.709,99</b>	<b>R\$ 8.197.198,16</b>

### 3.1.1 ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS GARANTIDORES

Em relação à verificação do enquadramento dos Recursos Garantidores, as definições da Resolução CMN nº 4.661/18, do CAPÍTULO V DOS INVESTIMENTOS E LIMITES DE ALOCAÇÃO: renda fixa (art. 21), renda variável (art. 22), investimentos estruturados (art. 23), imobiliário (art. 24) e operações com participantes (art. 25) e investimentos no exterior (art. 26), a Funcorsan apresenta-se enquadrada em todas as alocações, conforme relatórios apresentados pela Consultoria de Investimentos. Dentre os limites de alocação apresentados no relatório da Consultoria, apresentamos alguns:

#### Limites de Alocação por Segmento de Investimento (em relação aos recursos do plano) -BD001

Segmentos	Jan/21	Fev21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Legal	Limite Política
Renda Fixa	73,46%	73,19%	71,86%	71,45%	71,18%	71,24%	100%	95%
Renda Variável	10,35%	10,40%	10,90%	11,25%	11,26%	11,15%	70%	25%
Investimentos Estruturados	9,95%	10,07%	11,23%	10,24%	10,24%	10,29%	20%	16%
Investimentos no Exterior	0,37%	0,40%	0,22%	1,28%	1,60%	1,65%	10%	10%
Imobiliário	4,25%	4,29%	4,23%	4,25%	4,20%	4,19%	20%	6%
Operações com Participantes	1,63%	1,64%	1,56%	1,55%	1,51%	1,49%	15%	5%

#### Limites de Alocação por Segmento de Investimento (em relação aos recursos do plano) - PGA

Segmentos	Jan/21	Fev21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Legal	Limite Política
Renda Fixa	99,57%	99,68%	98,39%	99,54%	99,51%	99,52%	100%	100%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	70%	5%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20%	5%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%	5%
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20%	0%
Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15%	0%

### Limites de Alocações por Emissor (em relação aos recursos do plano) – BD

Emissor	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Legal	Limite Política
Secretaria do Tesouro Nacional	75,87%	75,62%	73,16%	73,89%	77,20%	73,97%	100%	95%
Maior alocação em Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Bacen (RF / RF+RV) <sup>1</sup>	0,22%	0,24%	0,25%	0,27%	0,25%	0,26%	20%	4%
Maior alocação em Cia. Aberta com registro na CVM ou Assemblhada (RF / RF+RV) <sup>2</sup>	0,59%	0,73%	0,63%	0,73%	0,56%	0,54%	10%	2%
Maior alocação em FIDC <sup>3</sup>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%	5%
Maior alocação em fundo de investimentos Multimercado classificado como Investimento Estruturado <sup>4</sup>	1,42%	1,44%	1,56%	1,55%	1,56%	1,56%	10%	3%
Maior alocação em fundo de investimentos classificado como Investimento Estruturado excetuando Multimercado <sup>5</sup>	0,21%	0,21%	0,21%	0,21%	0,24%	0,24%	10%	-
Maior alocação em fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior <sup>6</sup>	0,00%	0,00%	0,00%	0,30%	0,45%	0,43%	10%	3%
Maior alocação em fundos de Investimento que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%	5%

### Limites de Alocações por Emissor (em relação aos recursos do plano) – PGA

Emissor	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Legal	Limite Política
Secretaria do Tesouro Nacional	99,55%	99,67%	98,38%	99,51%	99,50%	99,51%	100%	100%
Maior alocação em Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Bacen (RF / RF+RV)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20%	4%
Maior alocação em Cia. Aberta com registro na CVM ou Assemblhada (RF / RF+RV)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%	2%
Maior alocação em FIDC	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%	5%
Maior alocação em fundo de investimentos Multimercado classificado como Investimento Estruturado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%	3%
Maior alocação em fundo de investimentos classificado como Investimento Estruturado excetuando Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%	-
Maior alocação em fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%	3%
Maior alocação em fundos de Investimento que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%	5%

### Limites de Concentração por Emissor (em relação ao patrimônio do emissor) – BD

Participação	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Legal	Limite Política
Do capital total e do capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital	0,11%	0,11%	0,09%	0,09%	0,08%	0,07%	25%	5%
De mesma Instituição Financeira bancária, não bancária e de cooperativa de crédito autorizada a funcionar pelo BACEN <sup>2</sup>	0,13%	0,14%	0,15%	0,16%	0,15%	0,06%	25%	5%
Do PL em FIDC e FICFIDC	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	5%
De ETF referenciado em Cesta de Ações <sup>3</sup>	0,69%	0,69%	0,73%	0,73%	0,77%	0,82%	25%	-
Do fundo Master (quando houver estrutura master-feeder) ou do Fundo de Investimento Multimercado classificado no segmento de Investimentos Estruturados <sup>4</sup>	9,48%	7,08%	7,40%	7,07%	6,39%	6,26%	25%	15%
De Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados excetuando Multimercados <sup>5</sup>	2,50%	2,50%	2,50%	2,17%	2,50%	2,50%	25%	-
Do PL de FII e FICFII	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-
Do PL de FII e FICFII constituído por imóveis da Fundação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%	-
Do patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-
De cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil <sup>6</sup>	0,00%	0,00%	0,00%	0,20%	0,24%	0,24%	25%	-
Do PL de fundo brasileiro que tenha ativos classificados no segmento de Investimentos no Exterior <sup>7</sup>	2,26%	2,28%	2,29%	2,32%	2,33%	2,35%	25%	15%
Do PL de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior" que invistam, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15%	15%
Do PL de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela	0,00%	0,00%	0,00%	0,96%	1,39%	1,84%	25%	15%
Do PL do emissor de debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15%	-
Demais emissores	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-
Maior aplicação em uma mesma classe ou série de cotas de fundos de investimentos e demais títulos ou valores mobiliários de renda fixa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-

## Limites de Concentração por Emissor (em relação ao patrimônio do emissor) – PGA

Participação	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Legal	Limite Política
Do capital total e do capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	5%
De mesma Instituição Financeira bancária, não bancária e de cooperativa de crédito autorizada a funcionar pelo BACEN	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	5%
Do PL em FIDC e FICFIDC	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	5%
De ETF referenciado em Cesta de Ações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-
Do fundo Master (quando houver estrutura master-feeder) ou do Fundo de Investimento Multimercado classificado no segmento de Investimentos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	15%
De Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados excetuando Multimercados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-
Do PL de FII e FICFII	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-
Do PL de FII e FICFII constituído por imóveis da Fundação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%	-
Do patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-
De cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-
Do PL de fundo brasileiro que tenha ativos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	15%
Do PL de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior" que invistam, no mínimo, 67% do	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15%	15%
Do PL de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	15%
Do PL do emissor de debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15%	-
Demais emissores	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-
Maior aplicação em uma mesma classe ou série de cotas de fundos de investimentos e demais títulos ou valores mobiliários de renda fixa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25%	-

## Limites para Operações com Derivativos – BD

Descrição	Jan/21	Limite Lega	Fev/21	Limite Lega	Mar/21	Limite Legal	Abr/21	Limite Lega	Mai/21	Limite Legal	Jun/21	Limite Legal
Depósito de Margem limitado a 15% da Alocação em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela Clearing (em milhões de R\$)	R\$ 5,47	R\$ 237,39	R\$ 5,64	R\$ 231,68	R\$ 5,94	R\$ 232,06	R\$ 4,38	R\$ 232,71	R\$ 5,00	R\$ 245,95	R\$ 7,38	R\$ 244,74
Bahia AM Valuation FIA	R\$ 1,11	R\$ 4,51	R\$ 1,28	R\$ 4,40	R\$ 1,58	R\$ 4,73	R\$ 0,02	R\$ 4,79	R\$ 0,62	R\$ 5,55	R\$ 2,98	R\$ 5,63
Bogari Value FIC FIA	R\$ 0,00	R\$ 3,24	R\$ 0,00	R\$ 3,28	R\$ 0,00	R\$ 3,29	R\$ 0,00	R\$ 3,47	R\$ 0,00	R\$ 3,65	R\$ 0,00	R\$ 3,85
BTG Absoluto FIC FIA	R\$ 0,00	R\$ 3,86	R\$ 0,00	R\$ 3,73	R\$ 0,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 3,98	R\$ 0,00	R\$ 4,03	R\$ 0,00	R\$ 3,98
Constellation Institucional FIC FIA	R\$ 0,00	R\$ 3,58	R\$ 0,00	R\$ 3,48	R\$ 0,00	R\$ 3,38	R\$ 0,00	R\$ 3,57	R\$ 0,00	R\$ 3,72	R\$ 0,00	R\$ 3,75
Itaú Caixa Ações FIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,0001	R\$ 0,0049
Itaú Dunamis FIC FIA	R\$ 0,30	R\$ 2,04	R\$ 0,26	R\$ 2,04	R\$ 0,28	R\$ 2,40	R\$ 0,28	R\$ 2,49	R\$ 0,29	R\$ 2,66	R\$ 0,29	R\$ 2,51
Oceana Selection FIA	R\$ 0,00	R\$ 3,85	R\$ 0,00	R\$ 3,73	R\$ 0,00	R\$ 4,01	R\$ 0,00	R\$ 4,14	R\$ 0,00	R\$ 4,32	R\$ 0,00	R\$ 4,36
Oceana Valor FIC Ações	R\$ 0,00	R\$ 4,08	R\$ 0,00	R\$ 3,91	R\$ 0,00	R\$ 4,28	R\$ 0,00	R\$ 4,43	R\$ 0,00	R\$ 4,70	R\$ 0,00	R\$ 4,75
Quarai FI Renda Fixa	R\$ 0,00	R\$ 198,18	R\$ 0,00	R\$ 193,36	R\$ 0,00	R\$ 194,20	R\$ 0,00	R\$ 194,13	R\$ 0,00	R\$ 194,71	R\$ 0,00	R\$ 196,51
Safra Piratini FIM	R\$ 4,07	R\$ 14,96	R\$ 4,10	R\$ 14,72	R\$ 4,08	R\$ 12,85	R\$ 4,08	R\$ 12,75	R\$ 4,09	R\$ 23,75	R\$ 4,11	R\$ 20,61
Limite total dos prêmios de opções pagos em relação à posição títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada Plano ou fundo de investimento	0,06%	5,00%	0,07%	5,00%	0,09%	5,00%	0,05%	5,00%	0,06%	5,00%	0,05%	5,00%
Bahia AM Valuation FIA	0,39%	5,00%	0,00%	5,00%	0,11%	5,00%	0,16%	5,00%	0,10%	5,00%	0,00%	5,00%
Bogari Value FIC FIA	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
BTG Absoluto FIC FIA	0,95%	5,00%	1,51%	5,00%	1,29%	5,00%	0,37%	5,00%	0,78%	5,00%	0,58%	5,00%
Constellation Institucional FIC FIA	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
Itaú Dunamis FIC FIA	0,82%	5,00%	0,94%	5,00%	1,88%	5,00%	1,46%	5,00%	1,56%	5,00%	1,49%	5,00%
Oceana Selection FIA	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
Oceana Valor FIC Ações	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
Quarai FI Renda Fixa	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
Safra Piratini FIM	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%

## Limites para Operações com Derivativos – PGA

Descrição	Jan/21	Limite Legal	Fev/21	Limite Legal	Mar/21	Limite Legal	Abr/21	Limite Legal	Mai/21	Limite Legal	Jun/21	Limite Legal
Depósito de Margem limitado a 15% da Alocação em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela Clearing (em milhões de R\$)	R\$ 0,00	R\$ 0,93	R\$ 0,00	R\$ 0,97	R\$ 0,00	R\$ 1,02	R\$ 0,00	R\$ 1,06	R\$ 0,00	R\$ 1,14	R\$ 0,00	R\$ 1,22
Limite total dos prêmios de opções pagos em relação à posição títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada Plano ou fundo de investimento	0,00%	5%	0,00%	5%	0,00%	5%	0,00%	5%	0,00%	5%	0,00%	5%

### Limites para Fundos de Investimentos (em relação aos recursos do plano e ao patrimônio do emissor) – BD

Participação	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Política
Maior alocação em fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em relação aos Recursos do Plano <sup>1</sup>	1,78%	1,78%	1,81%	1,92%	1,95%	1,93%	10%
Maior alocação em relação ao PL de cada fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em relação ao patrimônio do emissor <sup>2</sup>	6,78%	6,83%	6,84%	6,97%	7,28%	7,76%	20%
Maior alocação, por gestor, em fundo de investimentos em Renda Variável em relação aos Recursos do Plano <sup>3</sup>	2,91%	2,80%	3,02%	3,07%	3,21%	3,24%	10%

### Limites para Fundos de Investimentos (em relação aos recursos do plano e ao patrimônio do emissor) – PGA

Participação	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Política
Maior alocação em fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em relação aos Recursos do Plano	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%
Maior alocação em relação ao PL de cada fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em relação ao patrimônio do emissor	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20%
Maior alocação, por gestor, em fundo de investimentos em Renda Variável em relação aos Recursos do Plano	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10%

### Limites Específicos Política de Investimentos Votorantim Sinos- BD

Descrição	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Regulamento
Cotas de Fundo de Investimento em Ações e/ou Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações inclusive administrados ou geridos pelo	99,24%	99,19%	99,19%	99,18%	99,19%	99,17%	100%
Titulos Públicos Federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos	0,76%	0,81%	0,81%	0,82%	0,81%	0,84%	5%

### Limites Específicos Política de Investimentos Votorantim Uruguai- BD

Descrição	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Regulamento
Cotas de Fundo de Investimento e/ou Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento inclusive administrados ou geridos pelo Administrador, Gestor e empresas	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99%	99%	100%
Exposição em ativos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20%

### Análise de Risco – Risco de Crédito

Risco de Crédito	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Limite Política
Baixo Risco de Crédito	76,10%	75,84%	73,37%	74,06%	77,44%	74,19%	100%
Titulos da dívida mobiliária federal	75,87%	75,62%	73,16%	73,89%	77,20%	73,97%	100%
Debêntures	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
Fundo Fator Over FI Curto Prazo	0,23%	0,22%	0,21%	0,17%	0,24%	0,22%	-

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Após análise e acompanhamento dos relatórios da assessoria de investimentos, durante o 1º semestre de 2021, conclui-se que a gestão dos recursos garantidores do Plano BD 001 e do PGA estão aderentes às normas vigentes e à Política de Investimentos da Entidade. Nesse sentido, constatou-se que a aplicação destes recursos observou o processo de análise e aprovação dos órgãos de governança, ocorrendo em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4661/18 e com a Política de Investimentos Funcorsan.

### PROVISÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PCLD)

Foram solicitadas, à Gerência de Contabilidade, informações acerca das Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD).

REFERÊNCIA: Jan a Jun/2021			
DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Mov. Liq.	Saldo Atual
CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	3.710.843,32	769.554,62	4.480.397,94
RECOMPOSIÇÃO RESERVA MATEMÁTICA ATIVO E ASSISTIDO - PATROCINADORA	11.113,87	311.990,86	323.104,73
<b>CORSAN</b>	<b>37.866.802,74</b>	<b>0,00</b>	<b>37.866.802,74</b>
<b>PCLD - PATROCINADOR(ES)</b>	<b>-37.866.802,74</b>	<b>0,00</b>	<b>-37.866.802,74</b>
RECOMPOSIÇÃO RESERVA MATEMÁTICA	3.656.886,96	469.037,46	4.125.924,42
RECOMPOSIÇÃO RESERVA MATEMÁTICA- AUMENTO DO BENEFICIO VIA JUDICIAL -	8.768.553,71	-43.982,57	8.724.571,14
<b>PCLD - RECOMPOSIÇÃO RESERVA MATEMÁTICA - COBRANÇA JUDICIAL - ASSISTIDOS</b>	<b>-5.286.142,31</b>	<b>-21.742,94</b>	<b>-5.307.885,25</b>
RECOMPOSIÇÃO RESERVA MATEMÁTICA - TEMPO CONTRIB. E BENEFICIÁRIO - ATIVO	174.475,56	534.762,97	709.238,53
<b>INVESTIMENTOS</b>			
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS - PRINCIPAL	2.862.200,00	0,00	2.862.200,00
<b>(-) DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS - PROVISÃO</b>	<b>-2.862.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.862.200,00</b>
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>			
<b>LOCADOS A PATROCINADOR(ES)</b>			
EDIFICAÇÕES LOCADOS A PATROCINADOR(ES)	0,00	0,00	0,00
EDIFICAÇÕES	216.528,00	-23.028,00	193.500,00
<b>(-) PROVISÕES DE EDIFICAÇÕES - LOCADOS A PATROCINADOR(ES)</b>	<b>-216.528,00</b>	<b>23.028,00</b>	<b>-193.500,00</b>
ALUGUÉIS A RECEBER LOCADOS A PATROCINADOR(ES)	15.401,22	-9.027,22	6.374,00
ALUGUÉIS A RECEBER	25.668,70	48.000,00	73.668,70
<b>(-) PROVISÕES SOBRE ALUGUEIS LOCADOS A PATROCINADORA</b>	<b>-10.267,48</b>	<b>-57.027,22</b>	<b>-67.294,70</b>
<b>LOCADOS A TERCEIROS</b>			
ALUGUÉIS A RECEBER LOCADOS A TERCEIROS	268.187,09	-36.060,31	232.126,78
ALUGUÉIS A RECEBER	446.197,62	-36.060,31	410.137,31
<b>(-)PROVISÕES SOBRE ALUGUEIS LOCADOS A TERCEIROS</b>	<b>-178.010,53</b>	<b>0,00</b>	<b>-178.010,53</b>
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS E TERRENOS	0,00	0,00	0,00
INADIMPLENTES	5.553.495,96	376.536,68	5.930.032,64
<b>(-) PROVISÃO - ALIENADOS</b>	<b>-5.553.495,96</b>	<b>-376.536,68</b>	<b>-5.930.032,64</b>
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	35.849.714,97	-1.926.989,10	33.922.725,87
<b>EMPRÉSTIMOS</b>	<b>35.849.714,97</b>	<b>-1.926.989,10</b>	<b>33.922.725,87</b>
PRINCIPAL	35.394.146,56	-2.085.421,51	33.308.725,05
PRESTAÇÕES ATRASADAS	549.150,45	-36.111,36	513.039,09
DEVEDORES	0,00	249,76	249,76
FATURA A RECEBER	949.578,83	-38.347,84	911.230,99
DEVEDORES JUDICIAIS	2.135.482,24	222.594,90	2.358.077,14
<b>(-) PROVISÃO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA</b>	<b>-2.135.482,24</b>	<b>-222.594,90</b>	<b>-2.358.077,14</b>
<b>(-) PROVISÃO PRESTAÇÕES EM ATRASO</b>	<b>-1.043.160,87</b>	<b>232.641,85</b>	<b>-810.519,02</b>

Segundo a área de Contabilidade, todos reconhecimentos contábeis obedeceram aos critérios observados na legislação vigente. Ainda, a área encaminhou as seguintes informações:

### Contribuições em atraso

Registramos ainda, em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a Previc em 10 de junho de 2014, o valor de R\$ 37.867 mil referente à cobrança da Patrocinadora Corsan, relativo ao equacionamento de déficit originado em 31 de dezembro de 2008, conforme disposto na Ata nº 519/2014 do Conselho Deliberativo, Encaminhamento Padrão Previc nº 100/2014 e Parecer da Mirador Atuarial nº 315/2015. Ainda, efetuamos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em setembro de 2016,

conforme registrado na Ata nº 680/2016 da Diretoria Executiva, a qual se encontra em cobrança da dívida via judicial. O total do valor ajuizado encontra-se em 100% (cem por cento) provisionado.

#### **Companhias Fechadas – Debêntures Não Conversíveis**

Trata-se da aquisição de 800 debêntures emitidas em 1991, pela SDV–Administradora de Shopping Center S/A, com garantia da DHB – Indústria e Comércio S/A. Com o descumprimento dos resgates, em 2002 foi realizado o ingresso de ação judicial de cobrança, o que motivou o provisionamento para perdas em 100% do ativo.

#### **Edificações Locados a Patrocinadora**

A provisão foi realizada, devido a não existência de registro na matrícula do imóvel. Está reconhecida o registro na matrícula somente o terreno.

#### **Empréstimo**

Realiza a segregação das provisões sobre os critérios comuns e os contratos que estão em processos judiciais.

**Manifestação do Conselho Fiscal: Evidencia-se que o provisionamento está sendo realizado conforme determina a legislação e, que seu monitoramento está sendo devidamente realizado pela área responsável.**

### **3.1.2 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO SEMESTRE E ACUMULADO NO ANO.**

O quadro abaixo apresenta a rentabilidade dos Investimentos no primeiro semestre de 2021, por gestores/segmentos do portfólio de investimentos da Funcorsan.

## RENTABILIDADE CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - 2021

	jan-21	fev-21	mar-21	abr-21	mai-21	jun-21	jul-21	ago-21	set-21	out-21	nov-21	dez-21	Acumulado
<b>RENDA FIXA</b>	<b>-0,15%</b>	<b>-0,60%</b>	<b>0,40%</b>	<b>0,79%</b>	<b>1,10%</b>	<b>0,91%</b>							<b>2,46%</b>
Fundo Votorantim Quaraí	-0,07%	-0,59%	0,43%	0,82%	1,18%	0,92%							2,69%
Fundo Safra Piratini	-0,85%	-0,65%	0,19%	0,37%	0,36%	0,79%							0,20%
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>-1,62%</b>	<b>-2,36%</b>	<b>3,57%</b>	<b>3,21%</b>	<b>4,93%</b>	<b>1,00%</b>							<b>8,82%</b>
BV Sinos FI Ações	-1,30%	-2,11%	3,20%	3,29%	4,74%	1,08%							9,04%
Fundo Bahia AM Valuation FIC Ações*	-1,88%	-0,97%	2,91%	5,48%	6,16%	-0,56%							11,35%
Fundo Ooana Valor FIC Ações*	-3,91%	-4,53%	8,48%	2,57%	5,00%	1,39%							8,66%
Fundo Ooana Selection FIA*	-3,22%	-4,68%	8,25%	2,04%	3,64%	1,21%							6,87%
Fundo Itaú Dunamis FIC FIA*	-1,46%	0,47%	2,12%	3,31%	7,67%	-0,21%							12,22%
Fundo Bogari Value FIC FIA*	2,51%	-1,53%	3,31%	5,94%	2,83%	2,89%							16,90%
Fundo BTG Pactual Absoluto Inst FIC FIA*	-0,62%	-2,53%	1,73%	0,99%	7,15%	1,29%							8,01%
Fundo Constellation Institucional FIC FIA*	0,26%	-0,35%	-4,37%	2,44%	2,69%	1,55%							2,06%
ETF SMAL11	-3,92%	-2,18%	5,50%	4,73%	6,31%	0,43%							10,86%
ETF BOVB11	-3,40%	-4,52%	6,12%	2,04%	6,05%	0,53%							6,47%
ETF BOVA11	-3,57%	-4,50%	6,09%	2,12%	5,99%	0,46%							6,24%
<b>EXTERIOR - RENDA VARIÁVEL</b>				<b>-2,15%</b>	<b>-1,94%</b>	<b>-3,00%</b>							<b>-6,93%</b>
ETF IVVB11				-3,12%	-3,64%	-2,31%							-8,11%
Itaú World Invest Ext FIC Ações				-3,39%	-1,85%	-3,49%							-8,48%
Itaú Merc Emergentes Ext FIC Ações				-3,41%	-1,84%	-3,46%							-8,47%
<b>IMOVEIS</b>	<b>7,14%</b>	<b>0,16%</b>	<b>0,15%</b>	<b>0,23%</b>	<b>0,17%</b>	<b>0,51%</b>							<b>8,45%</b>
<b>EMPRESTIMOS</b>	<b>2,55%</b>	<b>2,64%</b>	<b>2,93%</b>	<b>1,43%</b>	<b>2,08%</b>	<b>2,34%</b>							<b>14,79%</b>
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>-1,00%</b>	<b>0,31%</b>	<b>-0,42%</b>	<b>0,75%</b>	<b>1,12%</b>	<b>0,69%</b>							<b>1,44%</b>
Empreendedor Brasil FIP Multiestratégia	-0,08%	0,08%	0,02%	0,19%	14,82%	-0,88%							14,04%
Fundo Votorantim Uruguai Multimercado FICFI	-1,02%	0,31%	-0,42%	0,76%	0,83%	0,73%							1,18%
Fundo Bahia AM Marau FIC FIM**	-0,37%	0,45%	0,16%	0,89%	-0,14%	-0,09%							0,90%
Fundo Kapitalo Kappa FIN FIC Multimercado**	-1,29%	-0,24%	1,64%	1,64%	1,34%	0,12%							3,22%
Fundo Kinea Chronos FI Multimercado**	-1,00%	1,53%	-0,23%	0,08%	-	-							0,37%
Fundo Kinea Atlas FI Multimercado**	-	-	-	0,72%	2,26%	0,24%							3,24%
Fundo Itaú Hedge Plus FIC Multimercado**	-1,15%	-0,45%	0,99%	-0,31%	0,49%	1,01%							0,56%
Fundo JGP Strategy Estruturado**	-1,10%	0,38%	-0,91%	-0,06%	0,55%	0,49%							-0,65%
Fundo Legacy Capital II FIC Multimercado**	-2,24%	0,24%	-1,45%	0,99%	0,13%	0,70%							-1,67%
Fundo Apex Equity Hedge FI Multimercado**	0,81%	-0,51%	-4,67%	1,07%	0,97%	2,74%							0,24%
Fundo Genoa Capital Radar VT FIC FIM**	-1,76%	1,23%	-0,26%	0,82%	0,00%	1,43%							1,42%
Fundo BTG Pactual Absoluto LS FIC FIM**	-0,26%	-0,25%	-1,11%	1,42%	0,71%	0,66%							1,17%
Fundo Kapitalo Zeta FIN FIC Multimercado**	-	-	-	-	-	-							0,00%
<b>FUNDO GARANTIDOR</b>	<b>-0,07%</b>	<b>-0,63%</b>	<b>0,64%</b>	<b>1,04%</b>	<b>1,49%</b>	<b>0,47%</b>							<b>2,96%</b>
<b>RENTABILIDADE GLOBAL</b>	<b>-0,07%</b>	<b>-0,63%</b>	<b>0,64%</b>	<b>1,04%</b>	<b>1,49%</b>	<b>0,47%</b>							<b>2,96%</b>
<b>RENTABILIDADE GLOBAL - BD</b>	<b>-0,07%</b>	<b>-0,66%</b>	<b>0,63%</b>	<b>1,04%</b>	<b>1,49%</b>	<b>0,47%</b>							<b>2,92%</b>
<b>RENTABILIDADE GLOBAL - PGA</b>	<b>-0,06%</b>	<b>-0,61%</b>	<b>0,43%</b>	<b>0,80%</b>	<b>1,18%</b>	<b>0,98%</b>							<b>2,73%</b>
<b>META ATUARIAL</b>	<b>0,68%</b>	<b>1,23%</b>	<b>1,27%</b>	<b>0,79%</b>	<b>1,37%</b>	<b>1,01%</b>							<b>6,52%</b>
<b>BENCHMARK</b>	<b>-0,74%</b>	<b>-0,85%</b>	<b>1,87%</b>	<b>1,02%</b>	<b>2,13%</b>	<b>0,64%</b>							<b>4,10%</b>
<b>GAP (Rentabilidade Global - Meta Atuarial)</b>													<b>-3,34%</b>

Fonte: Gerencia de Investimentos.

**A Gerência de Investimentos destaca:** O ano de 2021 iniciou e a pandemia causada pelo corona vírus continuou sendo o assunto e a situação de maior impacto global, tanto na economia como nas políticas de cada país. A variante Delta do vírus trouxe uma nova tensão e apreensão no mundo todo, colocando a prova novamente as vacinas e suas eficácias, que mais uma vez, se mostraram eficientes contra essa nova variante. Os EUA e a Europa atingiram um certo grau de controle da pandemia de Covid-19 por meio da vacinação, dessa forma, conseguiram progredir para uma reabertura consistente das economias. No cenário doméstico estadunidense a inflação e os salários vieram acima do projetado devido à reabertura da economia e aos gargalos de oferta. Esses indicadores devem permitir uma retirada gradual de estímulos do FED. Na Zona do Euro os países começaram a reduzir as restrições à circulação em maio. A recuperação econômica deverá ganhar força a partir do 2T21. Com o recuo das infecções por Covid-19 e o ritmo acelerado de vacinação, os países do bloco começaram a reverter as restrições relacionadas à pandemia, mostrando recuperação nos níveis de mobilidade que é um indicador positivo para os segmentos de hotelaria, de comércio e de restaurantes. Na Ásia os olhares se voltam para a China. Onde

*a atividade econômica se manteve em bom ritmo, mostrando sinais iniciais de migração do crescimento das exportações para consumo/serviços. Com a atividade econômica voltando à tendência vista antes da pandemia, as autoridades vêm reduzindo os estímulos para estabilizar a alavancagem macroeconômica, além de se comprometerem com a aceleração das reformas estruturais, com foco no crescimento de longo prazo e no controle de riscos estruturais, como a dívida pública dos governos locais, os preços dos imóveis residenciais e a concorrência justa em plataformas de internet. No Brasil o avanço da vacinação deve permitir um retorno à normalidade econômica no 4T21. Espera-se que quase a totalidade da população acima de 18 anos esteja com a primeira dose aplicada em novembro. O PIB recuperou o nível pré-covid no 1T21, mas alguns setores de serviços, mais sensíveis às restrições à mobilidade, ainda estão em níveis deprimidos. Ainda no campo das expectativas encontram-se os resultados fiscais que tendem a melhorar no curto prazo. Mas apesar de alguns pontos positivos o país possui vários pontos de atenção para uma boa retomada econômica que são: inflação, desemprego e reformas administrativas. A inflação segue em tendência de alta nesse primeiro semestre de 2021. O IPCA fechou junho em 0,53%. No acumulado do semestre ficou em 3,77% e em doze meses o índice possui alta de 8,35%. Na tentativa de amenizar o impacto inflacionário o BC começou a aumentar a taxa SELIC logo no começo do ano, passando de 2% para 4,25% ao final do primeiro semestre. Quanto ao desemprego, a desocupação caiu 0,6 p.p no segundo trimestre móvel em relação ao primeiro trimestre de 2021, fechando em 14,1% segundo a Pnad Contínua. A leve queda não causou tanto impacto, visto que 14,4 milhões de pessoas ainda buscam trabalho. Já no campo político o Governo corre para aprovar uma reforma administrativa para dar ao mercado uma boa sinalização, podendo trazer maiores investimentos do exterior. Mas com as eleições no radar, desgaste da popularidade, descontentamento de aliados, CPI da Covid a reforma tem grandes chances de ficar para uma próxima oportunidade.*

Em relação à carteira de investimentos, a Gerência de Investimentos relata que, no primeiro semestre de 2021, diante deste contexto de dúvidas, incertezas e retomada da economia mais lenta do que a esperada, os índices como o Ibovespa, IMA-B e IHFA começaram o ano em queda, mas com o avanço da vacinação e alguns indicadores positivos, o Ibovespa e o IHFA apresentaram melhoras até o final do semestre. O Ibovespa fechou o período em 6,54% e o índice IHFA em 3,33%. Por outro lado, o índice IMA-B (atrelado aos títulos públicos) se mostrou muito volátil, indicando uma abertura na taxa de juros com o aumento da SELIC e performando negativamente em 0,72%. O portfólio de investimento da Funcorsan terminou o primeiro semestre com o Fundo Garantidor obtendo uma rentabilidade de 2,96%.

O segmento de Renda Variável obteve uma rentabilidade de 8,82%. Essa boa performance se obteve através de alguns fundos que compõem o FOF Sinos, que conseguiram performar acima do benchmark do segmento, que é o IBr-x, e que atingiu 8,82%. Neste período, não ocorreram alterações no segmento.

Em contrapartida, a Funcorsan no mês de abril iniciou a aplicação de recursos em fundos com investimentos no exterior. Os aportes foram feitos em dois fundos do Itaú, um fundo atrelado a índices de países desenvolvidos e o outro atrelado a índices de mercados emergentes, além do ETF IVVB11, que busca replicar o desempenho do S&P 500 (bolsa EUA). Por se tratarem de ativos que possuem uma correlação negativa com a bolsa local, o segmento obteve uma performance negativa de 6,93%.

Em relação ao segmento de Renda Fixa, que terminou o período com uma performance de 0,91%, acima do benchmark, o destaque fica pela alteração feita junto ao Safra (gestor do fundo exclusivo Piratini) do objetivo do fundo. Antes o fundo Piratini possuía um benchmark misto (com maior parte atrelado ao CDI) e com a alteração, ocorrida em maio, passou a tentar perseguir o índice IMA-B 5+.

No segmento de investimentos estruturados, os fundos multimercado têm como característica possuir investimentos que envolvam estratégias globais, principalmente, nos mercados de juros, índices de preços, taxas de câmbio, commodities, ações e derivativos. Realizou-se, neste semestre, a substituição do fundo Kinea Chronos pelo fundo Kinea Atlas. O segmento apresentou rentabilidade de 1,18% nos seis primeiros meses de 2021.

Em relação ao Empreendedor Brasil, este apresentou uma performance positiva de 14,04% no semestre devido ao pagamento de duas amortizações que a Funcorsan recebeu. O segmento de empréstimos fechou o período com performance de 14,79%.

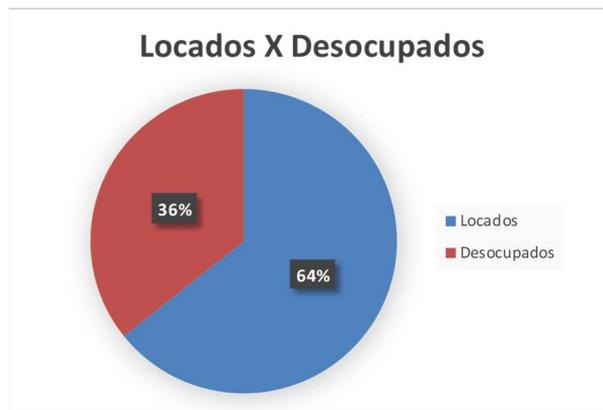
**Manifestação do Conselho Fiscal: Após análise dos dados apresentados, conforme exposto acima, constata-se que a rentabilidade geral dos investimentos do primeiro semestre de 2021, foi de 2,96 %, bem inferior à meta atuarial, a qual fechou o semestre em 6,52%. Diante das informações apresentadas e considerando contexto econômico impactado pela Pandemia COVID-19 registra-se o adequado acompanhamento realizado pela Gerência de Investimentos e pelo Comitê de Investimentos.**

### 3.1.3 IMÓVEIS

O segmento de imóveis apresentou uma rentabilidade de 8,45% no primeiro semestre de 2021. Em atenção a rentabilidade positiva do segmento, a Gerência de Investimentos informou: “A carteira imobiliária é reavaliada anualmente no mês de janeiro, a reavaliação anual da carteira imobiliária foi positiva com delta de 3,29% em relação ao patrimônio imobiliário em dezembro de 2020, impactando positivamente na rentabilidade da carteira no primeiro semestre.”

## RENTABILIDADE POR IMÓVEL

Nome da Rua	Participação	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	Acumulado
R. Albion 120 lote 24 (Alvorada)	1,44%	-0,18%	-0,05%	-0,05%	-0,05%	-0,02%	-0,05%	-0,39%
R. Annes Dias, 112 CJ 41	0,18%	-0,45%	-0,55%	-0,55%	-0,42%	-0,42%	-0,42%	-2,77%
R. Carlos Chagas 200 BOX 814	0,04%	0,59%	1,02%	0,64%	0,64%	0,64%	0,64%	4,25%
R. Carlos Chagas 200 BOX 912	0,03%	0,55%	1,06%	0,66%	0,66%	0,66%	0,66%	4,33%
Av. Carlos Gomes,466 CJ 401 (8 Boxes)	3,14%	0,62%	0,62%	0,62%	0,62%	0,67%	0,67%	3,86%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 402 (8 Boxes)	3,18%	0,51%	0,51%	0,51%	0,25%	0,25%	0,24%	2,30%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 501 (6 Boxes)	3,12%	0,53%	0,46%	0,46%	0,24%	0,26%	0,25%	2,21%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 502 (8 Boxes)	3,33%	0,49%	0,43%	0,43%	0,22%	0,22%	0,24%	2,07%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 701 (8 Boxes)	3,61%	-0,63%	-0,17%	-0,19%	-0,19%	-0,18%	-0,19%	-1,53%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 702 (8 Boxes)	3,38%	-0,63%	-0,16%	-0,18%	-0,18%	-0,17%	-0,18%	-1,49%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 801 (8 Boxes)	3,53%	-0,60%	-0,17%	-0,18%	-0,18%	-0,18%	-0,18%	-1,49%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 802 (8 Boxes)	3,49%	-0,62%	-0,16%	-0,17%	-0,17%	-0,17%	-0,17%	-1,47%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 1001 (8 Boxes)	3,77%	0,57%	0,55%	0,55%	0,58%	-0,24%	-0,24%	1,79%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 1002 (8 Boxes)	3,66%	0,57%	0,55%	0,55%	0,58%	-0,23%	-0,23%	1,80%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 1101 (8 Boxes)	3,74%	1,16%	1,37%	1,37%	1,16%	1,16%	1,16%	7,60%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 1102 (8 Boxes)	3,69%	1,18%	1,38%	1,38%	1,17%	1,17%	1,17%	7,69%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 1201 (8 Boxes)	5,08%	0,86%	1,01%	1,01%	0,86%	0,86%	0,86%	5,59%
Av. Carlos Gomes 466, CJ 1202 (8 Boxes)	5,12%	0,86%	1,01%	1,01%	0,85%	0,85%	0,85%	5,55%
Av. Cristovão Colombo, 1636 CJ 502 (1 Box)	0,31%	0,09%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,14%	0,23%
Av. Cristovão Colombo, 1636 CJ 504 (1 Box)	0,34%	0,23%	0,12%	0,13%	0,00%	0,32%	0,19%	1,00%
R. Dona Laura, 320 Box 56	0,07%	0,27%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,27%
R. Dona Laura, 320 CJ 401 (6 Boxes)	3,42%	-0,84%	-0,14%	-0,14%	-0,14%	-0,14%	-0,14%	-1,52%
R. Dona Laura, 320 CJ 601 (8 Boxes)	3,44%	0,46%	0,42%	0,55%	0,57%	0,57%	0,48%	3,10%
R. Dona Laura, 320 CJ 801 (8 Boxes)	3,49%	0,43%	0,43%	0,52%	0,55%	0,87%	-0,23%	2,61%
R. Dona Laura, 320 CJ 1001 (8 Boxes)	3,59%	0,55%	0,56%	0,56%	0,56%	0,56%	0,56%	3,43%
R. Dona Laura, 320 CJ 1201 (4 Boxes)	3,50%	0,43%	0,43%	0,45%	0,37%	0,37%	0,37%	2,45%
Av. Independência, 813 FLATS - (26 aptos e 1	14,20%	0,00%	-0,38%	-0,41%	-0,39%	-0,22%	0,00%	-1,39%
Av. Julio de Castilhos, 51 CJ 201	0,94%	0,59%	0,44%	0,46%	0,79%	0,79%	0,79%	3,94%
Av. Julio de Castilhos, 51 CJ 301	0,85%	0,69%	0,52%	0,54%	0,86%	0,86%	0,86%	4,41%
Av. Julio de Castilhos, 51 CJ 401	0,86%	0,68%	0,51%	0,53%	0,85%	0,85%	0,85%	4,34%
Av. Julio de Castilhos, 51 CJ 501	0,88%	0,66%	0,49%	0,51%	0,82%	0,82%	0,82%	4,21%
Av. Julio de Castilhos, 51 CJ 601	0,90%	-0,71%	-0,34%	-0,33%	-0,37%	-0,40%	-0,45%	-2,57%
Av. Liberdade, 347	1,09%	-0,45%	-2,05%	-1,39%	-1,39%	-1,42%	-1,39%	-7,83%
R. Marina S. Castello, 54 Apto 114 (1 Box)	0,30%	1,80%	0,32%	0,32%	0,18%	0,40%	0,40%	3,45%
Av. Francisco Petuco, 252	2,92%	-0,38%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,38%
R. Riachuelo 1038, CJ 1301	0,33%	0,39%	0,36%	0,36%	0,48%	0,39%	0,28%	2,28%
R. Riachuelo 1038 CJ 1302	0,29%	0,44%	0,41%	0,41%	0,41%	0,41%	0,41%	2,52%
R. Santo Antonio, 522 (18 Boxes)	0,95%	-0,60%	0,27%	0,27%	0,27%	0,24%	0,27%	0,71%
R. Praca XV de Novembro, 60 CJ 709	0,21%	-0,92%	-0,32%	-0,32%	-0,19%	0,03%	0,03%	-1,68%
R. Marina S. Castello, 54 Apto 427	0,33%	-0,25%	-0,17%	-0,18%	0,22%	0,18%	0,24%	0,04%
R. Annes Dias, 112 CJ 43	0,21%	-1,02%	-0,56%	-0,43%	-0,43%	-0,43%	-0,43%	-3,27%
Av. Corrêa Lima, 1554	3,06%	-1,43%	-1,43%	-1,61%	-1,42%	-1,43%	-1,43%	-8,44%
<b>Meta Atuarial</b>		<b>0,71%</b>	<b>1,26%</b>	<b>1,30%</b>	<b>0,82%</b>	<b>1,40%</b>	<b>1,04%</b>	<b>6,73%</b>
<b>Fipezap</b>		<b>0,01%</b>	<b>0,12%</b>	<b>0,28%</b>	<b>0,32%</b>	<b>0,07%</b>	<b>0,11%</b>	<b>0,91%</b>



**Manifestação Diretor Financeiro e Administrativo:** A Funcorsan tem envidado esforços para manutenção das locações atuais e na ampliação do número de unidades locadas, em conjunto com esforços para alienação do estoque existente, priorizando aqueles que apresentam os piores resultados na carteira.

Em atenção a recomendação deste Colegiado - Recomendamos que a DIREX, em consonância com o Conselho Deliberativo, elabore um plano de desinvestimento para esse segmento a fim de cumprir os prazos da legislação, sem que haja uma depreciação do patrimônio da Funcorsan. A Gerência de Investimentos respondeu, através do memorando **015/2021/GPRC/Funcorsan**: “Em relação ao tópico de Imóveis, a Gerência de Investimentos, juntamente com a Diretoria Financeira Administrativa estão analisando as opções viáveis para que a Funcorsan atenda da melhor forma as exigências trazidas pela Resolução 4.661, de 25 de maio de 2018. Ainda, a área informa que em relação as vendas, essas pontualmente estão ocorrendo, mas como parte do negócio, dependem exclusivamente da reação de mercado, o qual vagarosamente vem mostrando reagir devido a Pandemia de COVID-19. Em relação aos imóveis que estão desocupados e com perfil de difícil locação ou venda em meios tradicionais, estão planejando um leilão. Já para os demais imóveis que estão locados ou desocupados, mas com perfil destinado a investidores (Exemplo: Quebec, Dona Laura, Flats e outros), estes não serão destinados à leilão, em razão da forte relação depreciativa de imagem que alimenta este tipo de estratégia. Diante do exposto, existem duas opções até o fim do prazo (que se encerra em 9 anos): Primeira Opção - Oferta de Venda dos imóveis para os locatários (conforme determina a lei). Havendo negativa por parte do locatário, o imóvel deve ser colocado à venda por leilão ou como é feito atualmente, promover fortemente a venda nas imobiliárias. Neste tipo de opção, é importante analisar o valor de desconto que pode ser concedido para cada imóvel em relação ao valor de avaliação de mercado. Nesta opção, o Conselho Deliberativo precisa estabelecer um range de valores que serão utilizados nas ofertas para os futuros compradores. Não havendo êxito, partimos para segunda opção.

Segunda opção – Constituição de um fundo imobiliário, já cientes de que a precificação dos imóveis pelo gestor do Fundo poderá ser inferior aos valores de avaliação estabelecidos na legislação definida para as EFPC's. Em resposta o Conselho Deliberativo se manifestou: este Conselho acolhe a recomendação do Conselho Fiscal e informa que o Conselho Deliberativo já vem envidando esforços com a Direx, no sentido de buscar alternativas para viabilizar a alienação de imóveis da carteira. Referente ao posicionamento do GG/GI, solicita-se à DIREX que apresente um estudo com os critérios técnicos pertinentes a este propósito, a fim de que este Colegiado possa então definir o referido range de valores, conforme sugerido". A matéria terá continuidade no próximo relatório de Controles Internos.

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Considerando os impactos causados pela Pandemia COVID-19, evidencia-se o esforço da Diretoria Financeira e Administrativa, da Gerência de Investimentos e do Comitê de Investimentos na busca de melhoria contínua e na otimização da rentabilidade do segmento. Este Conselho aguarda os desdobramentos da Diretoria e do Conselho Deliberativo quanto a recomendação de elaboração um plano de desinvestimento dos imóveis, a fim de cumprir os prazos da legislação, sem que haja uma depreciação do patrimônio da Funcorsan, referida no último relatório (2º sem. 2020).

### 3.1.4 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

A seguir apresenta-se a evolução do Patrimônio Social do PGA e do Plano BD001:





Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – Junho 2021.

#### 4. GESTÃO DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS BD 001

Em atendimento à legislação vigente, a Funcorsan periodicamente realiza avaliação acerca das premissas atuariais utilizadas, mediante estudo de testes de aderência, visando assim aferir a adequação destas às características do Plano de Benefícios da Entidade.

##### 4.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES NO PLANO DE BENEFÍCIOS

No quadro abaixo são apresentados os dados acerca da evolução do número de participantes no Plano de Benefícios, verificados no primeiro semestre de 2021:

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
17 <b>TOTAL DE PARTICIPANTES (18 + 24)</b>	8.773	8.756	8.751	8.710	8.706	8.668
18 <b>TOTAL ATIVOS</b>	4.779	4.753	4.738	4.697	4.671	4.623
19 ATIVO NORMAL E PROPORCIONAL	4.607	4.578	4.558	4.511	4.484	4.429
20 ATIVO AUTOPATROCINADO	121	122	125	129	133	138
21 AUTOPATROCINADO	4	4	4	4	4	4
22 BPD	13	13	13	13	13	13
23 ATIVO EM AUXÍLIO DOENÇA	34	36	38	40	37	39
24 <b>TOTAL DE ASSISTIDOS</b>	3.994	4.003	4.013	4.013	4.035	4.045
25 APOSENTADORIA	2.810	2.816	2.821	2.818	2.831	2.829
26 TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	2.215	2.222	2.225	2.226	2.234	2.234
27 INVALIDEZ	370	369	369	367	367	365
28 POR IDADE	93	93	93	92	92	91
29 ESPECIAL	132	132	134	133	138	139
30 PENSÃO	1.184	1.187	1.192	1.195	1.204	1.216
31 <b>FUNCIONÁRIOS NÃO PARTICIPANTES</b>	1.098	1.108	1.111	1.127	1.125	1.149
32 PECÚLIO	3	5	9	10	10	15
33 CANCELAMENTOS DE INSCRIÇÃO COM RESCISÃO	3	1	3	8	7	7
34 CANCELAMENTOS DE INSCRIÇÃO SEM RESCISÃO	12	12	4	20	10	26

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan- junho de 2021.

Conforme já evidenciado nos relatórios anteriores, verifica-se a redução do número total de participantes. Em relação ao acompanhamento do nível de adesão/desligamento do Plano de Benefícios, foram

reportadas as informações pertinentes ao período do 1º semestre/2021, por meio do Expediente Nº 0113/2021/GS/Funcorsan, abaixo colacionado:

0113/2021/GS/FUNCORSAN

De: Gerência de Seguridade  
Para: Diretoria Executiva

Data: 18 de junho de 2021

Assunto: Levantamento de cancelamentos de inscrição

Segue abaixo o levantamento dos participantes com cancelamento de inscrição no plano de benefícios no período de janeiro a junho de 2021:

MOTIVOS APRESENTADOS PARA O CANCELAMENTO	Quantidade	%
Contribuição Elevada	27	32,93
Cenário de Privatização da Patrocinadora	12	14,63
Dificuldade Financeira	11	13,41
Entende que o plano não é vantajoso no cenário atual e no futuro	9	10,98
Aumento de Contribuição	5	6,10
Previdência Privada Aberta	4	4,88
Com o valor da contribuição realizará investimentos	3	3,66
Aposentadoria Especial junto ao INSS	3	3,66
Pretende rescindir contrato de trabalho com a patrocinadora	3	3,66
Insegurança com relação as alterações no Plano de Benefícios	2	2,44
Não possui interesse em previdência complementar	1	1,22
Jóia Mensal Elevada	1	1,22
Cobrança de Diferença de Reserva matemática	1	1,22
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>100,00</b>

Obs:

- Houve aumento de solicitações de cancelamento de inscrições do plano com relação ao 2º semestre de 2020, na ordem de 78,26%.

**Fonte: Memorando 0113/2021/GS/Funcorsan**

Através do referido memorando, a Gerência de Seguridade encaminhou o levantamento dos motivos alegados pelos participantes para o cancelamento de inscrições no plano de benefícios, no período de janeiro a junho de 2021, informando que houve um aumento de cancelamento de inscrições do plano, em relação ao segundo semestre de 2020 na ordem de 78,26%. A Diretoria Executiva em sua ata 907/2021 registrou que, a Gerência de Comunicação realizará trabalho para melhorar a imagem da Funcorsan e ressaltar a importância da manutenção de um plano previdenciário.

Referente ao acompanhamento do plano de ação para a redução de evasão e aumento da adesão, vinculado ao Planejamento Estratégico, desenvolvido pela Área de Comunicação da Funcorsan e representado por meio do Plano de Ação nº 5 – Divulgação do Produto, a situação permanece a mesma, relatada no último RCI:

**Manifestação Diretor Superintendente:** No segundo semestre do ano de 2020 foi apresentado para a Patrocinadora Corsan um projeto para reestruturação do Plano de Benefícios atual. O Plano consiste na criação de um novo plano na modalidade Contribuição Definida e um processo de migração. Dentro deste contexto e como não houve novas admissões de empregados da Corsan,

optamos por não realizar um processo formal de campanha para reter e/ou atrair novos participantes. Também contribui para a não realização de campanha a pandemia do Covid-19, pelas dificuldades impostas com esta realidade. Havia a expectativa que a reestruturação fosse realizada ainda em 2020, o que não ocorreu, pois a Corsan não definiu as diretrizes e não autorizou o início do trabalho. Diante destes fatos, haverá campanha específica quando for criado um novo plano CD.

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Considerando a manifestação do Diretor Superintendente, da suspensão do Plano de ação para a redução de evasão e aumento da adesão, vinculado ao Planejamento Estratégico, este Conselho entende que não há necessidade de manter o acompanhamento neste relatório. Devendo ser retomado, em se realizando a abertura de um Plano CD, ou quando de novas definições da Patrocinadora Corsan, as quais não há uma previsão.

#### 4.2 ACOMPANHAMENTO DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS 2021

Registra-se que foi elaborado, pela Gerência Atuarial, relatório de acompanhamento das Premissas e Hipótese Atuarias, que terá periodicidade semestral. Abaixo apresentamos o acompanhamento do primeiro semestre de 2021:

**Acompanhamento das Premissas Atuariais**

Informações acumuladas - Janeiro a Junho/2021				
Hipótese	Eventos Esperados	Eventos Esperados (no período)	Eventos Ocorridos	Varição %
Tábua de Mortalidade Geral (AT-83 IAM segregada por sexo)	108,93	54,47	62	13,83%
Tábua de Mortalidade de Inválidos (MI-2006 M&F)	13,45	6,73	4	-40,52%
Tábua de Entrada em Invalidez (IAPB-57 (desag. 10%))	18,21	9,11	0	-100,00%
Tábua de morbidez (GAMA EXP. AUX DOENÇA FUNCORSAN 2018)	190,41	95,21	39	-59,04%
Taxa Real de Juros (5,00% a.a.)	5,00%	2,50%	2,50%	0,00%
Indexador do Plano (INPC)	3,34%	1,67%	5,47%	227,54%
Meta Atuarial	8,51%	4,26%	6,52%	53,23%

**Nota:**  
 - Os eventos esperados foram projetados para o período analisado a partir das informações extraídas das Demonstrações Atuariais do encerramento do exercício de 2020.  
 - Os eventos ocorridos são os efetivamente realizados no período analisado (acumulado de janeiro a junho/2021).



Informações acumuladas - Janeiro a Junho/2021			
Óbitos 2021 - Mortalidade Geral			
Mês	Eventos Esperados	Eventos Ocorridos	Covid-19
Jan	9,08	7,00	1,00
Fev	9,08	3,00	1,00
Mar	9,08	19,00	12,00
Abr	9,08	6,00	4,00
Mai	9,08	9,00	4,00
Jun	9,08	18,00	3,00
<b>Total</b>	<b>54,47</b>	<b>62,00</b>	<b>25,00</b>

Premissa	*Eventos ocorridos	**Eventos esperados	Var %
Mortalidade Geral	62,00	54,47	13,83%

\* Eventos acumulados de janeiro a junho/2021.  
\*\* Eventos esperados para o 1º semestre de 2021.

Informações acumuladas - Janeiro a Junho/2021			
Óbitos 2021 - Mortalidade de Inválidos			
Mês	Eventos Esperados	Eventos Ocorridos	Covid-19
Jan	1,12	0,00	0,00
Fev	1,12	0,00	0,00
Mar	1,12	2,00	1,00
Abr	1,12	0,00	0,00
Mai	1,12	2,00	0,00
Jun	1,12	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6,73</b>	<b>4,00</b>	<b>1,00</b>

Premissa	*Eventos ocorridos	**Eventos esperados	Var %
Mortalidade de Inválidos	4,00	6,73	-40,52%

\* Eventos acumulados de janeiro a junho/2021.  
\*\* Eventos esperados para o 1º semestre de 2021.

Informações acumuladas - Dezembro a Junho/2021				
Hipótese	Eventos Esperados	Eventos Esperados (no período)	Eventos Ocorridos	Varição
Taxa Real de Crescimento Salarial (2,85% a.a.)	2,85%	1,43%	1,51%	5,96%
Taxa de Crescimento do SRB (2,18% a.a.)	2,18%	1,09%	1,52%	39,45%

**Nota:**

- Os eventos esperados foram projetados para o período analisado a partir das informações extraídas das Demonstrações Atuais do encerramento do exercício de 2020.
- Os eventos ocorridos são os efetivamente realizados no período analisado.

**Observações:**

- A premissa de rotatividade não é mais utilizada no plano, conforme decisão baseada no último teste de adequação de hipóteses atuariais.
- A taxa mensal de crescimento salarial em Junho foi de -18,29%. A taxa apresentada é o crescimento dos salários de Dezembro/2020 a Junho/2021 (7,07%) descontada a inflação do período (5,47%). Cabe salientar que em decorrência dos pagamentos retroativos efetuados em maio/2021 referentes ao acordo coletivo 2019/2020 da Patrocinadora Corsan, ocorreu esta queda nos salários de participação em junho. Analisando o mês de abril em relação a junho, a variação foi de 6,46%.
- Foi incluída a taxa de crescimento do salário real de benefícios, porque é a efetivamente utilizada nos cálculos das provisões matemáticas, tendo em vista a característica do cálculo dos benefícios de aposentadoria. A projeção para o ano de 2021 era de um crescimento de 2,18% a.a. A variação do SRB de maio para junho/2021 foi de 0,97%. A taxa apresentada é o crescimento do SRB de Dezembro/2020 a Junho/2021 (1,52%).

Fonte: Gerência Atuarial

No quadro abaixo, evidencia-se o acompanhamento da aderência das premissas atuariais dos últimos 10 anos, bem como aderências das mesmas no último ano, ou seja, 2020 e o 1º semestre de 2021.

Hipótese	Frequência Média esperada 2010 - 2019	Frequência Média Observada 2010-2019	Premissas vigentes ( DA 2019)	Eventos Esperados 2020	Eventos Ocorridos 2020	Varição 2020	Premissa alteradas (DA 2020)	Eventos Esperados 2021	Eventos Esperados 1º sem. 2021	Eventos Ocorridos 1º sem. 2021	Varição 2020
Tábua de Mortalidade Geral	81,4	94,6	AT-83 IAM segregada por sexo	103,11	101	-2,05%	---	108,93	54,47	62	13,83%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	9,5	12,3	MI-2006 (desag. 15%) M&F)	11,39	15	31,69%	MI 2006 segregada por sexo	13,45	6,73	4	-40,52%
Tábua de Entrada em Invalidez	15,1	15,5	IAPB-57 (desag. 10%)	18,39	2	-89,12%	---	18,21	9,11	0	-100,00%
Tábua de Rotatividade	0,83%	0,85%	EX - FUNCORSAN 2015 de rotatividade	0,73%	2,37%	224,66%	Nula	-	-	-	-
Tábua de Morbidez	171,7	206,4	Exp - FUNCORSAN 2018 de auxílio doença	202,26	113	-44,13%	---	190,41	95,21	39	-59,04%
Taxa Real de Crescimento Salarial	3,19%	3,40%	2,23% a.a.	2,23%	4,21%	88,79%	2,85%	2,85%	1,43%	1,51%	5,69%
Taxa Real de Juros	5,72%	6,21%	5,41% a.a.	5,41%	6,65%	22,92%	5,00%	5%	2,50%	2,50%	0,00%
Fator de Capacidade	98,03%	97,48%	98% a.a.	98,00%	98,00%	0,00%	---	98%			
Indexador do Plano	5,12%	5,70%	INPC	3,77%	5,45%	44,56%	---	3,34%	1,67%	5,47%	227,54%

Fonte: Estudo de Premissa Mirador e Gerência Atuarial Funcorsan

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Em atenção ao acompanhamento das Premissas e Hipótese Atuarias, considerando que o período de seis meses não permite realizar uma análise mais consistente referente a aderência ou não das premissas, este Conselho registra que emitirá seu parecer no próximo relatório de controles internos, considerando o período mínimo de 12 meses.

#### 4.3 ESTUDO DE ADERÊNCIAS DE PREMISSAS E TAXA DE JUROS

A análise acerca destes tópicos será devidamente retomada no Relatório de Controles Internos do 2º semestre de 2021, quando já deverão estar concluídos os trabalhos atinentes à Avaliação Atuarial e ao Estudo das Hipóteses Atuarias, visto que o período de seis meses não permite realizar uma análise mais consistente referente a aderência ou não das premissas.

#### 4.4 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL

A análise acerca deste tópico será devidamente retomada no Relatório de Controles Internos do 2º semestre de 2021, quando já deverão estar concluídos os trabalhos atinentes à Avaliação Atuarial e ao Estudo das Hipóteses Atuarias.

#### 4.5 EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A análise acerca deste tópico será devidamente retomada no Relatório de Controles Internos do 2º semestre de 2021, quando já deverão estar concluídos os trabalhos atinentes à Avaliação Atuarial e ao Estudo das Hipóteses Atuarias. A variação nas provisões matemáticas e no déficit técnico acumulado no período do 1º semestre de 2021 é demonstrada no quadro abaixo:

CONTAS	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>2.371.413.456,48</b>	<b>2.380.982.855,17</b>	<b>2.400.423.788,40</b>	<b>2.426.941.417,82</b>	<b>2.450.238.592,74</b>	<b>2.475.138.181,69</b>
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>1.793.369.381,11</b>	<b>1.794.638.682,50</b>	<b>1.816.059.834,17</b>	<b>1.838.074.578,99</b>	<b>1.842.800.261,18</b>	<b>1.864.949.027,98</b>
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	1.793.369.381,11	1.794.638.682,50	1.816.059.834,17	1.838.074.578,99	1.842.800.261,18	1.864.949.027,98
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	1.409.668.243,17	1.410.642.012,67	1.429.896.095,97	1.446.853.212,97	1.448.689.230,46	1.465.484.125,40
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	383.701.137,94	383.996.669,83	386.163.738,20	391.221.366,02	394.111.030,72	399.464.902,58
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>816.916.060,75</b>	<b>822.830.205,39</b>	<b>822.546.852,18</b>	<b>823.126.180,50</b>	<b>827.954.201,57</b>	<b>825.962.004,04</b>
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	750.969.642,58	756.674.291,95	755.938.916,24	756.071.177,64	760.886.463,92	762.028.132,77
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	1.125.192.305,66	1.129.917.031,46	1.129.534.003,79	1.129.474.979,70	1.133.797.393,95	1.135.116.809,11
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(182.752.206,83)	(182.280.311,71)	(182.527.472,42)	(182.525.438,50)	(182.388.455,10)	(182.250.972,52)
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(191.470.456,25)	(190.962.427,80)	(191.067.615,13)	(190.878.363,56)	(190.522.474,93)	(190.837.703,82)
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	65.946.418,17	66.155.913,44	66.607.935,94	67.055.002,86	67.067.737,65	63.933.871,27
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	115.692.992,69	115.585.136,34	116.094.686,16	116.510.274,34	116.446.745,45	115.814.162,83
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(24.873.287,26)	(24.714.611,45)	(24.743.375,11)	(24.727.635,74)	(24.689.503,90)	(25.940.145,78)
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(24.873.287,26)	(24.714.611,45)	(24.743.375,11)	(24.727.635,74)	(24.689.503,90)	(25.940.145,78)
<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(238.871.985,38)</b>	<b>(236.486.032,72)</b>	<b>(238.182.897,95)</b>	<b>(234.259.341,67)</b>	<b>(220.515.870,01)</b>	<b>(215.772.850,33)</b>
(-) EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT A INTEGRALIZAR	(238.871.985,38)	(236.486.032,72)	(238.182.897,95)	(234.259.341,67)	(220.515.870,01)	(215.772.850,33)
(-) PATROCINADOR(ES)	(115.505.675,83)	(114.305.727,40)	(115.160.607,31)	(113.957.799,13)	(106.204.723,76)	(103.793.101,30)
(-) PARTICIPANTES	(115.505.675,83)	(114.305.727,40)	(115.160.607,31)	(113.957.799,13)	(106.204.723,76)	(103.793.101,30)
(-) ASSISTIDOS	(7.860.633,72)	(7.874.577,92)	(7.861.683,33)	(6.343.743,41)	(8.106.422,49)	(8.186.647,73)
<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>(450.279.968,25)</b>	<b>(480.630.173,14)</b>	<b>(494.752.843,83)</b>	<b>(509.827.817,83)</b>	<b>(508.709.879,15)</b>	<b>(532.187.661,19)</b>
RESULTADOS REALIZADOS	(450.279.968,25)	(480.630.173,14)	(494.752.843,83)	(509.827.817,83)	(508.709.879,15)	(532.187.661,19)
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(450.279.968,25)	(480.630.173,14)	(494.752.843,83)	(509.827.817,83)	(508.709.879,15)	(532.187.661,19)
<i>Índice de Solvência (Zona de equilíbrio &lt;10,70%)</i>	<b>13,56</b>	<b>14,78</b>	<b>15,25</b>	<b>15,71</b>	<b>15,51</b>	<b>16,30</b>

Fonte: Relatório Gerencial junho/2021.

#### 4.6 VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DO PLANO EM RELAÇÃO À REGRA DE SOLVÊNCIA

Conforme recomendado no último estudo de avaliação atuarial, foi elaborado e aprovado pelos órgãos competentes da Funcorsan o Relatório Mirador 1529/2021 – Plano de Equacionamento de Déficit para o Plano de Benefícios BD nº 001, sendo: valor do déficit a equacionar em 31/12/2020: R\$ 29.824.755,69 (Parcela Mínima); Prazo equacionamento: 22 anos (264 meses); Início do pagamento: em abril/2022, junto ao início do Plano de Custeio; Mantendo os Planos de Equacionamentos vigentes; Forma de Equacionamento Patrocinadoras: Contrato Financeiro; Valor a ser Equacionado Patrocinadora Corsan em 31/12/2020: R\$ 14.187.064,75; Valor a ser Equacionado Patrocinadora Funcorsan em 31/12/2020: R\$ 72.231,93; Forma de Equacionamento Participantes: Alíquota sobre o valor do salário e benefício; Valor a ser Equacionado Participantes Ativos (inclusive autopatrocinados e BPDs) em 31/12/2020: R\$ 4.949.323,31; Incidência de alíquota de 0,11% (zero vírgula onze centésimos) incidente sobre os salários de participação (ou sobre o valor de BPD) e, após a aposentadoria (inclusive por invalidez) destes participantes, a mesma alíquota será incidente sobre os benefícios brutos, inclusive após a reversão em pensão; e Valor a ser Equacionado Assistidos (aposentados e pensionistas) em 31/12/2020: R\$ 10.616.135,71. Incidência de alíquota de 0,74% (zero vírgula setenta e quatro centésimos) incidente sobre os benefícios brutos, inclusive após a reversão em benefício de pensão. O valor a ser equacionado pela Funcorsan será pago em parcela única, em razão da dificuldade da apresentação de garantias conforme Resolução CNPC 42/2021.

Atualmente a Fundação Corsan aguarda a retorno na Patrocinadora Corsan, com a manifestação do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle do patrocinador, para implementação.

O Conselho Fiscal irá se manifestar formalmente, através desse instrumento, acerca do equacionamento do déficit após a aprovação em todas as instâncias.

Em abril de 2021 foi implementado, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo (ata 649/2021/CD), o Plano de Custeio, com a alteração das alíquotas de contribuição normal dos participantes ativos do Plano, reajustadas em 14%, e a cobrança de contribuição específica para o financiamento do benefício de Pecúlio por morte para os participantes assistidos e a redução da taxa de carregamento, de 8% para 7%, incidente sobre a base de contribuição prevista no Plano de Custeio para os Participantes Ativos, considerando a paridade contributiva da patrocinadora.

O aumento do custeio para os participantes ativos foi necessário em virtude da redução da taxa de juro de 5,41% para 5,00%, conforme aprovado pelo CD na ATA 643/2020.

#### **4.7 DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

A análise acerca deste tópico será devidamente retomada no Relatório de Controles Internos do 2º semestre de 2021.

### **5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

#### **5.1 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – BD001**

O Conselho Deliberativo, através de sua ata 642/2020, aprovou a peça orçamentária para 2021, bem como os indicadores de gestão, conforme segue:

**Decisão do Conselho Deliberativo:** Este Conselho, em sua totalidade, delibera pela aprovação da peça orçamentária 2021 encaminhada pela DIREX, limitando, porém os valores de despesas do Plano de Gestão Administrativa em R\$ 12.000.298,00 (doze milhões e duzentos e noventa e oito reais) para o ano de 2021, e autorizando, em caso de necessidade para obtenção do referido valor, a utilização dos valores referentes a rentabilidade do Fundo PGA e a reversão de valores do Fundo

PGA. Determina ainda à DIREX, o contingenciamento dos valores necessários para a adequação das despesas ao valor autorizado bem como a apresentação, ao término do primeiro semestre, de revisão orçamentária considerando a execução realizada e as projeções para o segundo semestre de 2021. Aprova como limitador legal a Taxa de Administração. Ressalta-se, por oportuno, que sejam seguidos os seguintes critérios: **I. Fontes de Custeio:** Este Conselho delibera pela aprovação da proposta de manutenção das fontes de custeio atualmente utilizadas pela Funcorsan, as quais estão contempladas no artigo 3º da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, quais sejam: **1 – Contribuição dos Participantes e Patrocinadores:** A base das contribuições para esta fonte de custeio é definida anualmente no Plano de Custeio de responsabilidade do Atuário e descrita no DA (Demonstrativo Atuarial). Sobre essa base foi aplicado o percentual de 8,00%, referente ao custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo base Orçamento de 2020. **2 – Taxa Administrativa dos Investimentos:** O valor dessa fonte de custeio é definido no orçamento, na apuração das despesas de administração dos investimentos. Na peça Orçamentária do exercício de 2020, o custeio e as despesas foram calculadas conforme a aplicação da taxa administrativa 0,30% sobre o Fundo Garantidor projetado para 2021 (R\$ 1.823.843.824,53), com base na realização até outubro de 2020 e na correção monetária INPC projetada para 2021. **II. Critério de Rateio:** Este Conselho delibera pela aprovação do critério de rateio proposto, sendo aprovado, em sua totalidade, os seguintes percentuais: Previdencial: 61,24% e Investimentos: 38,76%. **III. Limites para cobertura das despesas Administrativas:** Este Órgão Colegiado aprova como limite para cobertura das despesas Administrativas, o 1º limitador estabelecido no artigo 6º da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009 - I – taxa de administração de até 1% (um por cento). **IV – Taxa de administração:** O Conselho fixa em 0,68% o limite percentual incidente sobre os recursos garantidores do plano. **V - Em atenção a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Capítulo III, este Conselho define as seguintes metas para os indicadores de gestão para avaliação objetiva das despesas Administrativas, bem como as seguintes metas para 2021:** **a) Taxa de Carregamento:** Representa o limite da fonte de custeio da Entidade relativamente ao limitador legal de 9% - Meta: 4,0%. **b) Taxa de Administração:** Representa o limite da fonte de custeio da Funcorsan em relação ao limite legal de 1% dos Recursos Garantidores – Meta: 0,68% dos Recursos Garantidores. **c) Custo Administrativo em relação ao Patrimônio:** Representa o valor total das despesas Administrativas em relação ao Patrimônio Total da Entidade – Meta: 0,71%. **d) Custo Anual por Participante:** Representa o valor anual do custo de Administração para cada participante projetado para o exercício de 2021 – Meta R\$ 1.360,27 (Um mil trezentos e sessenta reais e vinte e sete centavos). Fica indicado que este indicador será reavaliado anualmente, levando em conta a projeção do número de participantes e o orçamento de despesas aprovado. **e) Despesas de Administração**

**Previdencial x Fonte de Custeio Previdencial:** Representa o valor anual das despesas de administração previdencial relativamente à fonte de custeio previdencial de 8,00% sobre a base de contribuição, prevista no Plano de Custeio. – Meta: 8,0% sobre a base de contribuição. **VI – Formação Fundo de Fomento** – Este Conselho, aprova, a destinação de recursos com a finalidade de cobertura de gastos com a formação de um Fundo de Fomento no exercício de 2021, com percentual de 15% do valor líquido que será agregado ao Fundo de Gestão Administrativo.

Periodicamente, o Diretor Financeiro e Administrativo apresenta o Relatório Gerencial Funcorsan aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, as movimentações das contas de despesas e receitas e as respectivas justificativas entre os valores previstos e realizados no mês.

Em julho de 2021, a Diretoria encaminhou, para aprovação do Conselho Deliberativo e conhecimento do Conselho Fiscal, o Memorando 04/2021/GC/Funcorsan - Revisão Orçamentária 2021, através do qual a gerência de contabilidade registra: *“Concluímos, em análise do resultado da Revisão Orçamentária 2021, que mantendo-se a conformidade das realizações do 1º quadrimestre 2021, o orçamento possivelmente irá realizar as despesas dentro do limite dos recursos previstos destinados pelo plano BD 01, isto é, dentro das receitas previstas para o exercício de 2021.”*

### 5.1.1 RECEITAS

Foram realizados até o mês de junho 53,27% dos valores previstos vs. realizados das receitas para o ano de 2021, sendo que a gestão previdencial realizou 52,12% do previsto e a gestão de investimentos 54,70%, como pode ser observado no quadro abaixo:

Conta-Descrição	junho			ATÉ O MÊS			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
<b>4 - GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>									
<b>4.01 - RECEITAS</b>	<b>1.007.268,86</b>	<b>1.063.162,09</b>	<b>105,55</b>	<b>5.956.684,84</b>	<b>6.392.819,59</b>	<b>107,32</b>	<b>12.000.298,00</b>	<b>6.392.819,59</b>	<b>53,27</b>
4.01.01 - GESTÃO PREVIDENCIAL	560.584,08	568.348,38	101,39	3.276.576,16	3.460.747,44	105,62	6.640.080,64	3.460.747,44	52,12
4.01.02 - INVESTIMENTOS	446.684,78	494.813,71	110,77	2.680.108,68	2.932.072,15	109,40	5.360.217,36	2.932.072,15	54,70
4.01.99 - OUTRAS RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021

### 5.1.2 DESPESAS

Quanto à execução orçamentária das Despesas do PGA, os valores acumulados até junho de 2021 ficaram dentro dos limites estipulados pelo Plano de Custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo, sendo executados 38,96% dos valores previstos para o ano, conforme quadro abaixo:

Conta-Descrição	junho			ATÉ O MÊS			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
4.02 - DESPESAS	(1.000.943,20)	(745.744,39)	74,50	(6.611.747,26)	(4.922.305,29)	74,45	(12.633.407,16)	(4.922.305,29)	38,96
4.02.01 - ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.000.943,20)	(745.744,39)	74,50	(6.611.747,26)	(4.922.305,29)	74,45	(12.633.407,16)	(4.922.305,29)	38,96
4.02.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	(635.980,54)	(467.654,91)	73,53	(4.091.369,57)	(3.128.748,18)	76,47	(7.908.963,63)	(3.128.748,18)	39,56
4.02.01.02 - TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	(23.900,00)	(2.057,00)	8,61	(105.039,00)	(12.246,00)	11,66	(105.039,00)	(12.246,00)	11,66
4.02.01.03 - VIAGENS E ESTÁDIAS	(6.610,00)	(30,00)	0,45	(62.728,00)	(30,00)	0,05	(84.966,00)	(30,00)	0,04
4.02.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	(219.199,16)	(186.997,41)	85,31	(1.454.299,14)	(1.129.457,28)	77,66	(2.903.113,98)	(1.129.457,28)	38,91
4.02.01.05 - DESPESAS GERAIS	(87.253,50)	(61.397,92)	70,37	(730.311,55)	(485.545,20)	66,48	(1.295.324,55)	(485.545,20)	37,48
4.02.01.06 - DEPRECIACÕES E AMORTIZACÕES	(18.000,00)	(17.607,15)	97,82	(108.000,00)	(106.278,63)	98,41	(216.000,00)	(106.278,63)	49,20
4.02.01.07 - TRIBUTOS	(10.000,00)	(10.000,00)	100,00	(60.000,00)	(60.000,00)	100,00	(120.000,00)	(60.000,00)	50,00
4.02.01.98 - OUTRAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021

## 5.2 FONTES DE CUSTEIO DO PGA

As fontes para custeio do PGA para o período de janeiro a junho/2021 foram as seguintes:

**1 – Taxa de Carregamento** - é o percentual sobre a Contribuição dos Participantes e Patrocinadores. A base das contribuições para esta fonte de custeio é definida anualmente no Plano de Custeio de responsabilidade do Atuário e descrita no DA (Demonstrativo Atuarial). Sobre essa base foi aplicado o **percentual de 7,00%**, referente ao custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo para base Orçamento de 2021, sendo que iniciado em abril de 2021.

**2 – Taxa Administrativa dos Investimento** - O valor dessa fonte de custeio é definido no orçamento, na apuração das despesas de administração dos investimentos. Na peça Orçamentária do exercício de 2021, foi definido o custeio calculado conforme a aplicação da **taxa administrativa 0,30% sobre o RGRT** – Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (Fundo Garantidor) do ano 2021.

**3 - Rentabilidade dos ativos do fundo administrativo;**

**4 - Taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes.**

## 5.3 CONTROLE DAS FONTES DE CUSTEIO UTILIZADAS ATRAVÉS DA CONTABILIDADE

Abaixo é apresentado quadro onde ficam demonstradas todas as fontes de custeio do PGA e os respectivos valores mensais:

2021	FONTE DE CUSTEIO ADM				TOTAL Receitas Administrativas	RENDIMENTO INVESTIMENTO FUNDO ADMINIST.	TOTAL RECEITAS
	Previdencial Tx.s/contrib.	Investimentos Tx. Admd.s/RG	TAXA ADM EMPRÉSTIMO	Outras Receitas			
01/2021_	548.901,95	585.827,49	62.832,78	-	1.197.562,22	(4.014,41)	1.193.547,81
02/2021_	521.273,76	385.385,84	70.509,31	-	977.168,91	(38.534,21)	938.634,70
03/2021_	572.829,79	484.765,94	48.081,52	-	1.105.677,25	28.469,46	1.134.146,71
04/2021_	466.928,07	258.131,17	48.264,93	-	773.324,17	54.354,37	827.678,54
05/2021_	782.465,49	453.076,63	40.382,84	-	1.275.924,96	83.371,47	1.359.296,43
06/2021_	568.348,38	436.562,77	58.250,94	-	1.063.162,09	74.796,93	1.137.959,02
TOTAL ANO	3.460.747,44	2.603.749,84	328.322,32	-	6.392.819,60	198.443,61	6.591.263,21

Fonte: Relatório Gerencial – junho de 2021

## 5.4 INDICADORES DE DESEMPENHO FUNCORSAN

### APURAÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

**Taxa de Administração:** Representa o limite da fonte de custeio da Funcorsan em relação ao limite legal de 1% dos Recursos Garantidores – Meta: 0,68% dos Recursos Garantidores.

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
LIMITE LEGAL = 1%	0,08%	0,17%	0,25%	0,33%	0,42%	0,50%
META CONSELHO DELIBERATIVO = 0,68%	0,06%	0,11%	0,17%	0,23%	0,28%	0,34%
% S/ REC. GARANTIDOR - ORÇADO = 0,68%	0,06%	0,11%	0,17%	0,23%	0,28%	0,34%
% S/ REC. GARANTIDOR - REAL	0,06%	0,11%	0,16%	0,20%	0,26%	0,31%
FONTE DE CUSTEIO - REAL	1.134.729,44	2.041.389,04	3.098.984,77	3.824.044,01	5.059.586,13	6.064.497,28
REC GARANTIDORES - REAL	1.951.645.925,16	1.932.802.332,01	1.938.532.136,54	1.951.909.106,77	1.945.048.861,10	1.978.760.044,94

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021.

### TAXA DE CARREGAMENTO ADMINISTRATIVO

**Taxa de Carregamento:** Representa o limite da fonte de custeio da Entidade relativamente ao limitador legal de 9% - Meta: 4,0%.

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
LIMITE LEGAL = 9%	0,75%	1,50%	2,25%	3,00%	3,75%	4,50%
META CONSELHO DELIBERATIVO = 4,00%	0,33%	0,67%	1,00%	1,33%	1,67%	2,00%
TX DE CARREGAMENTO ORÇADO = 4,00%	0,33%	0,67%	1,00%	1,33%	1,67%	2,00%
TX DE CARREGAMENTO REAL	0,36%	0,65%	0,98%	1,21%	1,53%	1,81%
FONTE DE CUSTEIO - REAL	1.134.729,44	2.041.389,04	3.098.984,77	3.824.044,01	5.059.586,13	6.064.497,28
BENEF + CONTRIB - REAL	26.039.884,11	52.124.363,81	78.979.760,50	105.413.149,45	137.960.708,82	167.467.408,72

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021.

### CUSTO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES

**Despesas de Administração Previdencial x Fonte de Custeio Previdencial:** Representa o valor anual das despesas de administração previdencial relativamente à fonte de custeio previdencial de 8,0% sobre a base de contribuição definida pelo atuário do Plano – Meta: 8,0% sobre a base de contribuição.

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
META CONS DELIB	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
FONTE DE CUSTEIO - PREVISTO	8,00%	8,00%	8,00%	7,00%	7,00%	7,00%
GASTO - REAL ATE O PERÍODO	6,35%	7,53%	7,03%	8,24%	5,18%	5,62%

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021.

## CUSTO ADMINISTRATIVO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO

**Custo Administrativo em relação ao Patrimônio:** Representa o valor total das despesas Administrativas em relação ao Patrimônio Total da Entidade – Meta: 0,71%.

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
RECURSO DO BD DESTINADO AO PGA - PREVISTO	985.536,78	1.971.073,56	2.956.610,34	3.942.147,12	4.949.415,98	5.956.684,84
PATRIMÔNIO - PREV	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53
META CONS DELIB	0,06%	0,12%	0,18%	0,24%	0,30%	0,36%
% S/ PATRIMÔNIO - PREVISTO	0,05%	0,11%	0,16%	0,22%	0,27%	0,33%
% S/ PATRIMÔNIO - REAL	0,06%	0,11%	0,16%	0,20%	0,26%	0,31%
RECURSO DO PLANO DESTINADO AO PGA - REAL	1.197.562,22	2.174.731,13	3.280.408,38	4.053.732,55	5.329.657,51	6.392.819,60
PATRIMÔNIO - REAL	2.044.704.925,52	2.026.068.113,51	2.034.890.797,02	2.047.402.836,27	2.074.108.543,54	2.084.940.851,02

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021.

## CUSTO ANUAL POR PARTICIPANTE

**Custo Anual por Participante:** Custo Anual por Participante: Representa o valor anual do custo de Administração para cada participante projetado para o exercício de 2021 – Meta R\$ 1.360,27 (Um mil trezentos e sessenta reais e vinte e sete centavos). Fica indicado que este indicador será reavaliado anualmente, levando em conta a projeção do número de participantes e o orçamento de despesas aprovado.

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
RECURSO DO BD DESTINADO AO PGA - PREVISTO	985.536,78	1.971.073,56	2.956.610,34	3.942.147,12	4.949.415,98	5.956.684,84
PATRIMÔNIO - PREV	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53	1.823.843.824,53
META CONS DELIB	0,06%	0,12%	0,18%	0,24%	0,30%	0,36%
% S/ PATRIMÔNIO - PREVISTO	0,05%	0,11%	0,16%	0,22%	0,27%	0,33%
% S/ PATRIMÔNIO - REAL	0,06%	0,11%	0,16%	0,20%	0,26%	0,31%
RECURSO DO PLANO DESTINADO AO PGA - REAL	1.197.562,22	2.174.731,13	3.280.408,38	4.053.732,55	5.329.657,51	6.392.819,60
PATRIMÔNIO - REAL	2.044.704.925,52	2.026.068.113,51	2.034.890.797,02	2.047.402.836,27	2.074.108.543,54	2.084.940.851,02

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021.

## 5.5 FUNDO ADMINISTRATIVO – PGA

Em atendimento a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, artigo 28: *O Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB da EFPC deverá manter atualizado o controle dos valores utilizados/destinados do Fundo Administrativo e prestar informações periódicas ao Conselho Fiscal, a quem caberá, além do acompanhamento, registrar em seu relatório semestral de controles internos a conformidade em relação às normas, este Conselho registra que o acompanhamento do Fundo Administrativo PGA é realizado mensalmente, através do Relatório Gerencial Funcorsan, conforme demonstrado abaixo:*

2021	FONTE DE CUSTEIO ADM				TOTAL Receitas Administrativas	RENDIMENTO INVESTIMENTO FUNDO	TOTAL RECEITAS
	Previdencial Tx.s/contrib.	Investimentos Tx. Admd.s/RG	TAXA ADM EMPRÉSTIMO	Outras Receitas			
01/2021	548.901,95	585.827,49	62.832,78	-	1.197.562,22	(4.014,41)	1.193.547,81
02/2021	521.273,76	385.385,84	70.509,31	-	977.168,91	(38.534,21)	938.634,70
03/2021	572.829,79	484.765,94	48.081,52	-	1.105.677,25	28.469,46	1.134.146,71
04/2021	466.928,07	258.131,17	48.264,93	-	773.324,17	54.354,37	827.678,54
05/2021	782.465,49	453.076,63	40.382,84	-	1.275.924,96	83.371,47	1.359.296,43
06/2021	568.348,38	436.562,77	58.250,94	-	1.063.162,09	74.796,93	1.137.959,02
<b>TOTAL ANO</b>	<b>3.460.747,44</b>	<b>2.603.749,84</b>	<b>328.322,32</b>	-	<b>6.392.819,60</b>	<b>198.443,61</b>	<b>6.591.263,21</b>

2021	DESPESAS	TOTAL	CONTINGÊNCIA	RESULTADO
	Adm.Prev.	DESPESAS	PGA	PGA
01/2021	(711.304,81)	(711.304,81)	-	482.243,00
02/2021	(800.931,14)	(800.931,14)	-	137.703,56
03/2021	(822.069,55)	(822.069,55)	(4.741,74)	307.335,42
04/2021	(897.286,06)	(897.286,06)	-	(69.607,52)
05/2021	(944.851,05)	(944.851,05)	-	414.445,38
06/2021	(745.744,39)	(745.744,39)	(6.247,72)	385.966,91
<b>TOTAL ANO</b>	<b>(4.922.187,00)</b>	<b>(4.922.187,00)</b>	<b>(10.989,46)</b>	<b>1.658.086,75</b>

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021.

Em cumprimento a Resolução CNPC nº 29/2018, o ARPB encaminhou ao Conselho Fiscal, referente ao 1º semestre de 2021, a Evidência de Controle dos valores utilizados/destinados do Fundo Administrativo, conforme registros da ata 502/2021 deste Colegiado, através do **Memorando 05/2021/GC/Funcorsan - Controle dos valores utilizados/destinados do Fundo Administrativo 2021**. O Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB, Gilmar Antônio Arnt, informou o resultado do fundo do PGA do período de janeiro a junho de 2021, o qual apresenta como saldo no exercício a constituição de R\$ 1.658.086,75 (um milhão, seiscentos e cinquenta e oito mil, oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos). O referido valor constitui o montante de R\$ 9.181.184,54 (nove milhões, cento e oitenta e um mil, cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) de Fundo Administrativo.

Os valores que contribuíram para o resultado neste período foram a rentabilidade positiva dos investimentos do fundo administrativo no montante de R\$ 198.443,61, o resultado Administrativo positivo de R\$ 1.459.625,14, e a constituição de contingência de R\$ 10.989,46, formaram o resultado positivo.

O Controle dos valores utilizados/destinados ao Fundo Administrativo observa toda a movimentação do Fluxo de Investimentos e Administrativo do PGA, resultando a formação ou reversão do Fundo observados os quesitos atuais do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

**Manifestação do Conselho Fiscal: Conforme pode ser evidenciado neste relatório, o orçamento do semestre foi realizado dentro do previsto, executando 53,27% do valor previsto de receita para o ano e realizando 38,96% das despesas prevista para o ano, atendendo as adequações das despesas ao limite determinado pelo Conselho Deliberativo. O resultado dessa execução orçamentária positiva agregou valor ao Fundo PGA durante o primeiro semestre 2021 num total de R\$ 1.658.086,75. Atestamos que as fontes utilizadas para custeio do PGA e o controle dos valores utilizados/destinados ao Fundo Administrativo estão em conformidade com as normas e a legislação vigente. Ainda, pode ser observado que os indicadores de desempenhos atingiram a meta legal e a estabelecida pelo Conselho Deliberativo da Entidade.**

## **6. CONTROLES TRIBUTÁRIOS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

### **6.1 CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS**

O Conselho Fiscal procedeu à verificação acerca dos controles atinentes aos Tributos e Obrigações Acessórias realizadas pela entidade, solicitando a apresentação das certidões negativas de débitos do exercício de 2021, bem como acerca da agenda de obrigações, no que se refere ao controle de entrega.

Na conferência das certidões negativas encaminhadas a este Conselho, constatou-se a regularidade acerca dos Débitos Estaduais e Débitos FGTS. Em relação aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Débitos Municipais e Débitos Trabalhistas, contudo, foram identificadas pendências que impossibilitam a emissão da Certidão Negativa.

A partir disso, foram solicitadas mais informações junto à Gerência de Contabilidade sobre a questão, a qual apresentou os seguintes esclarecimentos:

#### **Tributos Federais e Previdências**

Relatório de Situação Fiscal / Relatório de Situação Fiscal Complementar – Pendência. Divergência de GFIP x GPS (GUIA -Valor declarado menos o recolhido, por rubrica e FPAS) apurado em 15/09/2021 referente

ao período de 2018. As inconformidades ocorreram em virtude do sistema SEFIP não ter sido atualizado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, naquele período. As pendências apontadas pela Receita Federal foram retificadas junto ao sistema da SEFIP e enviadas para o sistema da conectividade social (e-Social). As diferenças foram pagas em 27/09/2021, os documentos comprovantes encontram-se registrados na Contabilidade. Não constam outras pendências.

### **Débitos Municipais**

Informamos que a certidão negativa de débitos municipais não está sendo apresentada. Neste sentido, cabe registrar que a Funcorsan mantém o monitoramento contínuo de suas obrigações, bem como o tempestivo recolhimento dos tributos devidos, visando a regularidade junto ao poder público municipal de Porto Alegre. Por oportuno, importante também o registro de que alguns imóveis Alienados pela Funcorsan, não foram integralmente quitados por seus compradores, nos termos ajustados no contrato de compra e venda, sendo mantida a propriedade dos mesmos em nome da Funcorsan e cuja demanda se encontra em discussão judicial. Os imóveis cuja propriedade é da Funcorsan, mas que recai discussão judicial são: **Processo nº 001/1.16.0019900-4**, movido contra Carlos Alberto Ramos Silveira. Este imóvel foi vendido ao Sr. Carlos Alberto Ramos Silveira e diante de sua inadimplência, foi retomado pela Fundação em 2018. IPTU está sendo pago pelo Fundação. **Processo nº 001/1.05.0112363-0**, movido pela Fundação contra ASSOCIAÇÃO CONHECER DE EDUCAÇÃO E ENSINO LTDA. A Fundação foi reintegrada na posse do imóvel em março/2019 e quitou os débitos relativos aos IPTUs em aberto. O processo tramita em fase de liquidação de sentença. **Processo nº 001/1.12.0123697-6**, movido pela Fundação contra Eliane da Silva, frente a inadimplência no contrato de compra e venda do imóvel sito à Rua DOMINGOS MARTINS, 845/704, BX 22/23. Fundação objetiva a rescisão do contrato e a retomada do imóvel. O processo está em fase de realização de perícia técnica. Quanto ao **processo nº 001/1.14.0292638-4**, movido pela Fundação contra SERGIO JESUS DE ABREU GOULARTE, frente a inadimplência no contrato de compra e venda do imóvel sito à Rua MARINA SIRANGELO CASTELO, 54, APTO 504. Fundação objetiva a rescisão do contrato e a retomada do imóvel. O processo está em fase de conhecimento, foi deferida em 12/04/2019 a citação por edital, réu foi declarado revel. Aguarda intimação da curadora especial, defensoria pública. No que concerne ao **processo nº 001/1.14.0281662-7**, movido pela Fundação contra LUCIENE DOS SANTOS TEIXEIRA, frente a inadimplência no contrato de compra e venda do imóvel sito à MARINA SIRANGELO CASTELO, 54, APTO 126. O processo está em fase recursal aguardando julgamento da instância superior (Recurso Especial/Extraordinário).

Por oportuno, informamos que os pedidos deduzidos pela Fundação nos processos assinalados compreendem, além da resolução contratual, condenação ao pagamento de indenização pelo uso de imóvel e perdas e danos. Deste modo, a fim de evitar pendências junto ao fisco municipal, estamos propondo que os valores de IPTU sejam pagos pela Entidade e, na hipótese de procedência da ação, acrescentaremos à liquidação do julgado para fins de reembolso dos pagamentos de tributos realizados pela Entidade.

Em atenção a recomendação deste Colegiado, no Relatório de Controles Internos, 2º sem. de 2020: *“Nessa linha, nos contratos de promessa de compra e venda de imóveis em que o pagamento do preço não se dá em uma única vez, sugere-se que persista a FUNDAÇÃO com o encargo de pagar os IPTUs enquanto o imóvel estiver em seu nome, agregando-se ao valor da venda o valor que será desembolsado pela Fundação a tal título pelo período que perdurar as parcelas vincendas. Ressalta-se que tal sugestão é feita justamente para evitar a negativação do nome da Fundação perante a Fazenda Pública Municipal, eis que para esta, como dito, pouco importa a existência de contrato entre particulares alterando a titularidade da obrigação tributária. O que vale no caso é em nome de quem está o imóvel na correspondente matrícula imobiliária, e em nome de quem consta o cadastro do imóvel perante os arquivos municipais.”.* Este Conselho permanece no aguardo da manifestação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo.

### **Débitos Trabalhistas**

Em referência à certidão positiva de débitos trabalhistas: Ressalvamos ainda, que as demandas relacionadas na certidão POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA referem-se a processos trabalhistas pelos quais os reclamantes buscam a declaração do direito e pagamento de verbas de natureza salarial contra a Patrocinadora CORSAN, com reflexos no benefício pago pelo Plano de Benefícios BD-01 administrado pela Fundação, já em fase de execução.

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Diante do exposto e dos esclarecimentos apresentados pela Gerência de Contabilidade, este Conselho Fiscal entende que, dadas as circunstâncias, os procedimentos adotados em relação às pendências dos débitos trabalhistas se mostram adequados para o momento, e mantém a recomendação de permanente controle até que as mesmas sejam regularizadas. Em atenção a recomendação deste Colegiado, em seu relatório anterior, *“(...) sugere-se que persista a*

***FUNDAÇÃO com o encargo de pagar os IPTUs enquanto o imóvel estiver em seu nome, agregando-se ao valor da venda o valor que será desembolsado pela Fundação a tal título pelo período que perdurar as parcelas vincendas.”. Reiteramos a recomendação e permanecemos no aguardo da manifestação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo.***

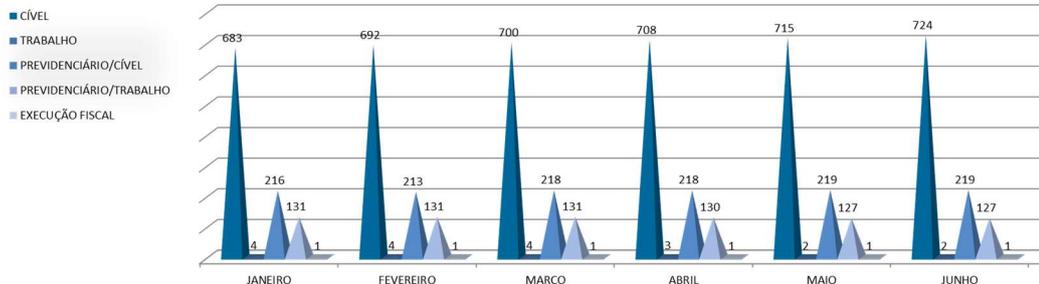
## **7. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL**

A área Jurídica da Funcorsan realiza o assessoramento e acompanhamento das demandas jurídicas à Entidade e gestão do contencioso. Os processos judiciais nos quais a Fundação Corsan é parte são classificados nas seguintes áreas de atuação: Cível, Trabalho, Previdenciário/Cível, Previdenciário/Trabalho e Execução Fiscal. Sendo subdivididos quanto ao seu objeto em:

1. ADMINISTRAÇÃO: refere-se a gestão administrativa/Plano;
2. BENEFÍCIO: discussão acerca da aplicação do Regulamento do Plano, reflexos no benefício;
3. COBRANÇA: cobrança movida pela gestão administrativa/Administração;
4. EXECUÇÃO FISCAL: Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;
5. INVESTIMENTOS:
  - a. Imóveis: ações judiciais que envolvam a carteira de imóveis da Fundação;
  - b. Investimentos: ações judiciais que envolvam investimentos puro;
  - c. Prod. Antecipada de provas: movida por participantes como medida preparatória para ação revisional de empréstimos;
  - d. Cobrança/empréstimos: movida pela Funcorsan;
6. Revisional/empréstimos: movida contra a Funcorsan;
7. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA: pessoal próprio;
8. COBRANÇA RESERVA MATEMÁTICA: movida pela Funcorsan para cobrança da recomposição de reserva matemática decorrente de revisão judicial de benefício.

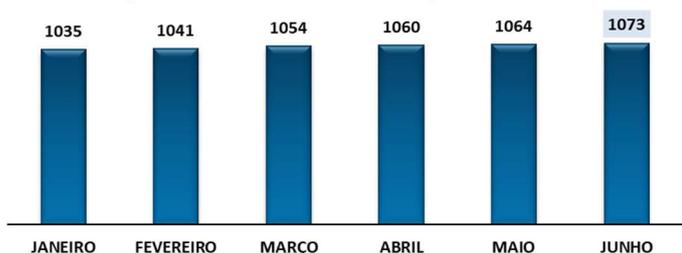
O Conselho Fiscal realiza o acompanhamento dos Processos Judiciais, por meio da análise dos relatórios gerenciais mensais encaminhados. Para síntese da avaliação do 1º semestre de 2021, são destacados alguns dos indicadores informativos apresentados no Relatório Gerencial do mês de junho de 2021, conforme seguem:

### ÁREA DE ATUAÇÃO



ÁREA DE ATUAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
CÍVEL	683	692	700	708	715	724
TRABALHO	4	4	4	3	2	2
PREVIDENCIÁRIO/CÍVEL	216	213	218	218	219	219
PREVIDENCIÁRIO/TRABALHO	131	131	131	130	127	127
EXECUÇÃO FISCAL	1	1	1	1	1	1
<b>OBJETO DA AÇÃO</b>						
ADMINISTRAÇÃO	2	2	2	2	2	2
BENEFÍCIO	315	313	313	313	311	311
COBRANÇA	2	2	2	2	2	2
EXECUÇÃO FISCAL	1	1	1	1	1	1
INVESTIMENTOS	4	4	4	4	4	4
IMÓVEIS/INVESTIMENTOS	24	24	24	25	25	25
PROD. ANTECIPADA DE PROVAS	21	20	20	17	16	13
COBRANÇA/RESERVA MATEMÁTICA	32	31	36	35	35	35
COBRANÇA/EMPRÉSTIMOS/INVESTIMENTOS	55	54	53	57	59	59
REVISIONAL/EMPRÉSTIMOS/INVESTIMENTOS	574	585	594	600	606	618
DANOS MORAIS/EMPRÉSTIMOS	1	1	1	1	1	1
RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	4	4	4	3	2	2
<b>PROGNÓSTICO</b>						
PERDA POSSÍVEL	578	586	536	542	548	557
PERDA PROVÁVEL	405	403	462	459	455	456
PERDA REMOTA	52	52	56	59	61	60
NÃO FOI APRESENTADO	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DE PROCESSOS SEGREGADOS PELO PROGNÓSTICO</b>						
<b>STATUS PROCESSUAL/POLO DA AÇÃO - FUNCORSAN</b>						
AUTOR/ATIVO	130	128	132	135	137	137
RÉU/PASSIVO	905	913	922	925	927	936
<b>TOTAL DE AÇÕES</b>	<b>1035</b>	<b>1041</b>	<b>1054</b>	<b>1060</b>	<b>1064</b>	<b>1073</b>

### EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE AÇÕES POR MÊS



Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021.

Em atenção à contínua evolução do número e Revisionais de Empréstimos mencionado nos Relatórios de Controles Internos anteriores e conforme manifestação do Diretor Financeiro e Administrativo, em nosso relatório do 2º sem. 2020: “ Neste processo existe um fluxo a ser considerado: assinatura da procuração pelo mutuário do empréstimo - requisição de informações pelo escritório - disponibilização das informações solicitadas pela Funcorsan – ingresso da ação pelo escritório – citação da Funcorsan por parte do Poder Judiciário. Este fluxo, por vezes supera um ano. A tendência é de estabilização deste processo, em decorrência da redução do volume de documentos requeridos e da consolidação das teses na esfera judiciária, especialmente de instancias superiores. No ano de 2019 tivemos o acréscimo de 306 novas ações desta natureza e objeto, passando de 134 no final de 2018 para 440 em dezembro de 2019. No ano de 2020 o ritmo de ingressos reduziu de forma bastante significativa em relação ao exercício anterior, tendo ocorrido o aumento de 134 ações, que representa 56% ajuizamentos a menos que no ano de 2019.”, percebe-se a redução de novos processos no primeiro semestre de 2021, em comparação com os anos anteriores, com tendência de estabilização. A referida redução é resultado das várias ações tomadas pela Diretoria para mitigar esse risco, conforme já listadas no RCI do segundo semestre de 2020.

Em referência às ações com trânsito em julgado, é apresentado o resultado das ações transitadas em julgado no primeiro semestre de 2021:

RESULTADO DAS AÇÕES TRANSITADAS EM JULGADO						
MÊS REF:	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
ADMINISTRAÇÃO	*	*	*	*	*	*
BENEFÍCIO	1	1	*	5	1	*
COBRANÇA	*	*	*	*	*	*
EXECUÇÃO FISCAL	*	*	1	*	*	*
INVESTIMENTOS	*	*	*	*	*	*
IMÓVEIS/INVESTIMENTOS	*	*	*	*	*	*
PROD. ANTECIPADA DE PROVAS	*	1	*	3	1	4
COBRANÇA/RESERVA MATEMÁTICA	1	*	*	1	*	1
PROTESTO ANTIPRECLUSIVO	*	*	*	*	*	*
COBRANÇA/EMPRÉSTIMOS/INVESTIMENTOS	1	*	*	*	*	*
REVISIONAL/EMPRÉSTIMOS/INVESTIMENTOS	1	*	*	*	*	2
RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	*	*	*	1	*	*

Fonte: Relatório Gerencial Funcorsan – junho de 2021.

## EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Foram solicitadas, à Gerência de Contabilidade, informações acerca do exigível contingencial, que registra a projeção das possíveis perdas que o Plano venha a sofrer, especialmente em razão de decisões judiciais que lhe sejam desfavoráveis.

As contingências são formadas de processos judiciais classificados pelos Advogados como de "Perda Provável", apropriando o valor contingencial com o maior valor entre o valor da causa e o valor depositado por processo, consideramos ainda que as contingências são monetariamente atualizadas a cada trimestre, e os depósitos judiciais serão atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC. (Gerência de Contabilidade)

REFERÊNCIA: Jan a Jun/2021							
DESCRIÇÃO	Saldo Anterior		Débitos	Créditos	Mov. Liq.		Saldo Atual
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	-85.196.593,17	C	4.125.581,89	9.722.346,38	-5.596.764,49	C	-90.793.357,66
GESTÃO PREVIDENCIAL	-29.461.291,72	C	3.584.177,31	866.961,65	2.717.215,66	D	-26.744.076,06
PROVISÃO	-29.461.291,72	C	3.584.177,31	866.961,65	2.717.215,66	D	-26.744.076,06
PROVISÃO	-29.461.291,72	C	3.584.177,31	866.961,65	2.717.215,66	D	-26.744.076,06
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-462.688,48	C	1.654,13	12.643,59	-10.989,46	C	-473.677,94
PROVISÃO	-462.688,48	C	1.654,13	12.643,59	-10.989,46	C	-473.677,94
PROVISÃO	-462.688,48	C	1.654,13	12.643,59	-10.989,46	C	-473.677,94
INVESTIMENTOS	-55.272.612,97	C	539.750,45	8.842.741,14	-8.302.990,69	C	-63.575.603,66
PROVISÃO	-55.272.612,97	C	539.750,45	8.842.741,14	-8.302.990,69	C	-63.575.603,66
CONTINGÊNCIAS CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	-50.487.84,83	C	82.446,41	7.689.137,90	-7.606.691,49	C	-58.093.876,32
CONTINGÊNCIAS IMÓVEIS	-575.026,14	C	0,00	99.148,48	-99.148,48	C	-674.174,62
CONTINGÊNCIAS EMPRÉSTIMOS	-4.210.402,00	C	457.304,04	1054.454,76	-597.150,72	C	-4.807.552,72

**Manifestação do Diretor Financeiro e Administrativo:** No que se refere aos valores referentes ao exigível contingencial, neste primeiro semestre tivemos uma evolução de R\$ 5,5 milhões, valor este que não foge de uma situação classificada como normal. Mas é importante também tecer considerações sobre a redução de R\$ 2,7 milhões identificada na gestão Previdencial, fruto do encerramento das ações judiciais desta natureza que tramitam na justiça do trabalho e a evolução da jurisprudência na justiça comum que permite melhor quantificar os valores contingenciáveis. Cabe também um destaque na evolução das provisões de investimentos, com evolução de R\$ 8,3 milhões, e para tal variação temos dois pontos importantes, o primeiro é a evolução dos processos referentes às ações revisionais de empréstimo, que decorrente do aumento das ações e a evolução processual, requer um constante acompanhamento e atualização dos valores a contingenciar, afim de melhor precificar este possível passivo o impacto desta conta remonta aproximadamente R\$ 600 mil. Outro importante impacto refere-se a atualização dos valores contingenciados em razão da ação movida pela Massa Falida de *Confidelitty Asset Management* Ltda, que mesmo liminarmente com execução suspensa, em observação ao tramite judicial e ao rito legal da atualização dos valores, impactou em R\$ 7,6 milhões. Nominalmente esta é a conta de maior valor e

que, por consequência também teve o maior impacto da variação inflacionária do período em sua atualização.

**COBRANÇA RESERVA MATEMÁTICA:**

Foi solicitado ao departamento jurídico da Funcorsan informações a respeito das cobranças de recomposição das reservas matemáticas movida pela Fundação, abaixo apresentamos os valores acumulados de 2020 a junho de 2021. Restou pendente o envio, por parte da Gerência Jurídica, do número de processos ajuizados do semestre.

- a. Valor total da recomposição matemática: R\$ 1.616.973,51
- b. Quanto a CORSAN já pagou: R\$ 808.487,17 (100% das cobranças administrativa realizadas)
- c. Quanto participante já pagaram, via administrativa: R\$ 50.596,58
- d. Quanto processos foram ajuizados: 20 procurações encaminhadas, total R\$ 379.013,82 – até o momento.

Conforme manifestação deste Colegiado, no RCI – 2º sem. 2020, sobre o acompanhamento das ações de cobranças das recomposições das reservas matemáticas, este Conselho solicitou a Diretoria Executiva, através de sua ata 502/2021, que fosse encaminhado, mensalmente, relatório de acompanhamento das cobranças de recomposição de reservas matemáticas, informando as cobranças realizadas, bem como a quantidade processos encaminhados a empresa atuarial para cálculo, que será apresentado no próximo RCI.

**Manifestação do Conselho Fiscal: Este Conselho seguirá realizando o acompanhamento dos processos judiciais, através do Relatório Gerencial Funcorsan. Em atenção ao exigível contingencial, considerando o posicionamento apresentado, bem como os valores envolvidos, este conselho mantém sua recomendação, da necessidade de permanente acompanhamento. Quanto as revisionais de empréstimos, observa-se que as ações adotadas pela Direx já estão surtindo efeito, visto a redução do número de novas ações, em comparação com o 1º semestre de 2020. Em atenção às ações de cobranças das recomposições das reservas matemáticas, observa-se um aumento nos valores recuperados de todos os itens, o que evidencia uma melhora no fluxo desse processo. Este Conselho aguarda o relatório**

de acompanhamento das cobranças de recomposição de reservas matemáticas, conforme solicitado, para que no próximo semestre possa realizar o acompanhamento adequado do processo de cobrança.

## 8 AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento à legislação específica, a Funcorsan realiza trimestralmente ciclos de Auditoria, as quais são realizadas por empresa de Auditoria Independente.

Ao longo do 1º semestre do ano de 2021, a Empresa Taticca Auditores Independentes realizou exames que compreenderam o 1º e o 2º trimestres de 2021, e os resultados destes foram analisados pelo Conselho Fiscal em suas reuniões. Ainda, a auditoria analisou os balancetes referentes aos meses auditados, os quais foram analisados e aprovados pelo Colegiado.

A referida empresa utiliza métodos, processos técnicos e procedimentos de Auditoria aplicados por amostragem, conforme previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 11 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.

### 8.1 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA – 1º E 2º TRIMESTRES/2021

O Relatório do primeiro trimestre não apresentou recomendações da auditoria. Abaixo seguem as recomendações da auditoria, referente ao segundo trimestre de 2021, bem como os contrapontos do Grupo de Gestão, apresentados no memorando 006/2021/GC/Funcorsan.

#### Item 5.1) Carteira de Imóveis Próprios

##### a) Proposta de venda imóvel –Viamão

**Recomendação:** Embora, em 30 de junho de 2021 o valor do imóvel esteja contabilizado de acordo com o laudo de avaliação, recomendamos que a Funcorsan monitore e avalie a necessidade de registro de ajuste a valor realizável deste imóvel.

**MANIFESTAÇÃO-GC:** Como foi evidenciada pela auditoria, o registro se mantém adequado e alinhado com os critérios observados na IN PREVIC nº 31 de 20/08/2020, sendo reconhecido o valor do imóvel na disponibilidade de documento de avaliação para o lastro da informação. Observamos quanto as observações referenciando propostas de negociação não caracterizam valores objetivos para o registro,

sendo somente considerado na conclusão da operação de alienação, onde é apurado o resultado e o registros dos fatos realizados.

#### **Item -9) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**

**Recomendação:** Recomendamos que a Funcorsan mantenha em seus controles auxiliares mensais a conciliação entre sua posição de contingências com as informações de seus assessores jurídicos, de modo a identificar e justificar a composição da diferença.

**MANIFESTAÇÃO –GJUR:** (...) informamos que manteremos controles auxiliares a fim de evitar divergências significativas entre a posição de contingências da Entidade e as informações de assessores jurídicos.

#### **12) PAGAMENTOS INDEVIDOS DE BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DO PLANO DE BENEFÍCIOS-PB BDNÚMERO 001.**

**Recomendação:** Recomendamos que a entidade permaneça envidando esforços para que tais riscos sejam mitigados bem como que tais processos sejam revisados com maior frequência e os planos de ação sejam monitorados.

**MANIFESTAÇÃO –GPRC.** Diante da recomendação acima, informamos que o PRC 02.02.01 –Gestão de Benefícios, o qual trata do assunto em questão, foi atualizado e aprovado pela área responsável, no qual incluímos através do item 3.10 –Valores Pagos Indevidamente por Óbito, o procedimento completo de como são realizadas as tentativas de recuperação dos valores de benefício pagos indevidamente pela Funcorsan após o óbito do Participante/Pensionista, contemplando novos controles e melhorias na atividade. Ressaltamos que a atualização realizada no processo citado teve sua aprovação pelo Conselho Fiscal, através da Ata 500/2021: a) Memorando 013/2021/GPRC/Funcorsan –Adequação processo de Gestão de Benefícios –Pagamentos Indevidos. “Este Conselho analisou o item 3.10 –Valores Pagos Indevidamente por Óbito, do PRC, entendendo que o processo está bem alinhado e os processos de melhoria adequados”.

**Manifestação do Conselho Fiscal:** Este Conselho registra que analisou os relatórios de Auditoria, bem como o memorando 006/2021/GC/Funcorsan, conforme atas 498, 501 e 502 /2021, e manifesta seu

entendimento, de que os acompanhamentos estão sendo realizados adequadamente e que as manifestações das áreas técnicas foram satisfatórias. Permaneceremos monitorando as recomendações nos próximos relatórios de auditoria.

#### **BALANCETES DO 1º E 2º TRIMESTRES- 2021**

Em atendimento as competências estatutárias deste Colegiado, foram analisados e aprovados os balancetes de janeiro a junho de 2021, conformes registros das atas 498/2021 e 501/2021. A auditoria conclui que, *com base nas revisões descritas nos tópicos anteriores e considerando suas observações não temos conhecimento de nenhum fato adicional que deva ser ajustado nos balancetes para que apresentem adequadamente a posição contábil da Funcorsan nas respectivas datas.*

Dessa forma, encerra-se o presente relatório subscrito pelos Conselheiros abaixo discriminados, o qual deve ser encaminhado para conhecimento da Patrocinadora Corsan e da Diretoria Executiva, bem como ao Conselho Deliberativo para análise, manifestações e providências que julgar necessário em relação às observações registradas no mesmo.

**Porto Alegre, 17 de dezembro 2021.**

#### **CONSELHO FISCAL - TITULARES:**

**Delso Francisco Zwirtes**  
Presidente do Conselho Fiscal

**Cleverson Vinicius Giordani**  
Conselheiro

**Marcelo da Rosa**  
Conselheiro

**Tiago Simon de Souza**  
Conselheiro